



ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

# Mestrado em Sociologia

Relatório de Experiência Profissional

A Avaliação da Qualidade do Ensino na Universidade de Évora

Elaborado por: Ana Geraldês de Carvalho  
Orientador: Prof. Doutor Domingos Afonso Braga

Évora  
Março de 2013





ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

# Mestrado em Sociologia

Relatório de Experiência Profissional

A Avaliação da Qualidade do Ensino na Universidade de Évora

Elaborado por: Ana Geraldês de Carvalho

Orientador: Prof. Doutor Domingos Afonso Braga

Évora  
Março de 2013

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Nuno por ter sido o meu pé esquerdo.

Agradeço à Margarida coisas concretas, como a tradução da Breve História da Qualidade na Política Europeia do Ensino Superior, de Tania Saarinem, e ter-me apresentado La Barbarie Douce, e agradeço-lhe, nas suas próprias palavras, “por ser quem é”.

Agradeço à Liliana ter sido a tradutora de Jean-Pierre Le Goff, possibilitando-me uma conversa com as páginas de A Doce Barbárie.

## RESUMO

A candidata integra a equipa técnica do Gabinete para a Avaliação e Promoção Institucional da Qualidade da Universidade de Évora. Exerce funções no âmbito dos processos de avaliação dos ensinos desde 1998, e desde 2006 na implementação do sistema de garantia da qualidade da Universidade de Évora, acompanhando a evolução do processo de avaliação do sistema de ensino superior público português. No âmbito da avaliação e acreditação dos cursos ministrados pela Universidade de Évora, as principais atividades desenvolvidas são a aplicação do Inquérito de Opinião aos Alunos, tratamento e análise dos resultados e a realização dos respetivos relatórios, a recolha e tratamento da informação pertinente ao cumprimento dos guiões de autoavaliação e dos formulários de acreditação e acompanhamento dos processos.

No âmbito da implementação do sistema de garantia da qualidade, destacam-se a conceção de instrumentos de recolha de informação que integram o Sistema de Informação Integrado da Universidade de Évora (SIIUÉ), definição de referenciais de autoavaliação, e a conceção, elaboração e divulgação de indicadores de monitorização da qualidade.

No âmbito da monitorização da qualidade e apoio aos órgãos de governo da instituição salienta-se a elaboração de estudos, nomeadamente o estudo anual sobre o acesso ao ensino superior.

A avaliação do Ensino Superior é uma obrigação legal a que nenhum estabelecimento de ensino público ou privado se pode escusar, uma vez que dela depende a acreditação dos seus ciclos de estudo, da própria escola e do seu financiamento, permitindo ou não o seu funcionamento. Neste relatório descreve-se a evolução histórica deste processo em Portugal e na Universidade de Évora.

Com base num estudo de Ming Cheng (2010) - sobre a perceção do corpo académico aos impactes dos mecanismos de garantia da qualidade no seu trabalho - e na minha experiência profissional, tenta-se apresentar diferentes leituras do

campo académico relativamente a estes processos. Aborda-se com mais detalhe a controvérsia suscitada pelo inquérito de opinião aos alunos na Universidade de Évora.

Com base nas análises de Madureira (2000) e de Le Goff (2003) sobre a evolução das organizações e a organização do trabalho no contexto ideológico e político da sociedade ocidental atual, tenta-se abrir a discussão sobre a validade destas abordagens, para a compreensão do papel exercido pelos sistemas de avaliação e garantia da qualidade, nas políticas para o ensino superior, no atual enquadramento sociopolítico europeu.

**Palavras-chave:** Avaliação, Ensino Superior, Qualidade.

## **TEACHING QUALITY ASSESSMENT AT THE UNIVERSITY OF ÉVORA**

### **ABSTRACT**

The candidate is part of the technical team of the Office (Cabinet) for Institutional Assessment and Promotion of Quality at the University of Évora. She has performed duties in connection with education assessment processes since 1998, and since 2006 in the implementation of quality assurance system at the University of Évora, as part of the evolution of the process of assessment of the Portuguese public higher education system.

In the context of the assessment and accreditation of the Évora University courses, the author's principal activities have included the Students Opinion Survey, treatment and analysis of survey data and reporting, the collection and processing of information relevant to the fulfillment of the self-assessment guides and forms of accreditation and monitoring processes.

The implementation of the quality assurance system involves the development of tools to collect the information that comprises the Integrated Information System of the University of Évora (SIIUÉ), mechanisms of self-assessment, and the design, production and dissemination of quality indicators of monitoring.

As part of the quality monitoring and support to governing bodies of the institution, the author's principal activities have included the development of analyses and researches, including the annual report on access to higher education.

The Review of Higher Education is a legal requirement from which any public or private establishment cannot be excused, since it is related to the approval of courses and its financial resources. This study describes the historical evolution of this process in Portugal and the University of Évora.

Based on Ming Cheng's (2010) paper, as well as my professional experience, this study attempts to explore different academic readings about the perception of the academic body in relation to the impacts of quality assurance mechanisms in their work. It also discusses in greater detail the controversy raised by students opinion survey at the University of Évora

Based on analyses of Madureira (2000) and Le Goff (2003) on the evolution of organizations and the organization of work in the ideological and political context of Western society today, this study attempts to open up the discussion about the validity of these approaches to understanding the role played by systems evaluation and quality assurance policies for higher education in the current socio-political framework of Europe.

**Keywords:** Assessment, Higher Education, Quality.

## **LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS**

- A3ES - Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
- ADISPOR - Associação dos Institutos Superiores Politécnicos Portugueses
- APESP - Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado
- CAE - Comissão de Avaliação Externa
- CAI - Comissão de Avaliação Institucional
- CIPES - Centro de Investigação de Políticas de Ensino Superior
- CNA - Concurso Nacional de Acesso
- CNAVES - Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior
- CRUP - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
- DGES - Direção Geral do Ensino Superior
- ECTS - European Credit Transfer and Accumulation System
- ENQA - European Association for Quality Assurance in Higher Education (Rede Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior)
- ESIB - National Unions of Students in Europe
- ETI - Equivalente a Tempo Integral
- EUA - European University Association (Associação Europeia das Universidades)
- EURASHE - European Association of Institutions in Higher Education (Associação Europeia de Instituições de Ensino Superior)
- FUP - Fundação das Universidades Portuguesas
- MCTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- P-RAI - Pró-Reitoria para a Avaliação Institucional e Política da Qualidade
- PROQUAL - Programa para a Promoção da Qualidade da Universidade de Évora
- SAC - Serviços Académicos
- SIGQ - Sistemas Internos de Garantia da Qualidade
- SIIUÉ - Sistema de Informação Integrada da Universidade de Évora
- UÉ - Universidade de Évora
- UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## ÍNDICE

RESUMO .....	3
ABSTRACT .....	4
LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS .....	6
1. TEMA PARA DISCUSSÃO: A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO NA UNIVERSIDADE DE ÉVORA .....	8
1.1. INTRODUÇÃO.....	8
1.2. ENQUADRAMENTO DO TEMA .....	9
1.2.1. AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM PORTUGAL - BREVE HISTÓRIA .....	9
1.2.2. A AUTOAVALIAÇÃO DO ENSINO NA UNIVERSIDADE DE ÉVORA DE 1998 A 2010 – BREVE HISTÓRIA .....	15
1.2.3. ENQUADRAMENTO EUROPEU DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR .....	17
1.3. A QUALIDADE E O ENSINO SUPERIOR .....	21
1.4. EFEITOS DA AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE GARANTIA DA QUALIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR .....	25
1.4.1. O INQUÉRITO DE OPINIÃO AOS ALUNOS - UM INSTRUMENTO CONTROVERSO .....	30
1.5. DISCUSSÃO .....	40
2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO CURRÍCULO VITAE .....	44
2.1. PERCURSO ACADÉMICO .....	44
2.2. ATIVIDADE PROFISSIONAL .....	44
2.3. LISTA DE PUBLICAÇÕES .....	92
2.4. DISTINÇÕES .....	95
2.5. OUTRAS COMPETÊNCIAS .....	96
BIBLIOGRAFIA .....	100
LEGISLAÇÃO .....	105

# **1. TEMA PARA DISCUSSÃO: A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO NA UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

## **1.1. INTRODUÇÃO**

No contexto europeu em que se insere o sistema de ensino superior português, a evolução demográfica, precedida pela massificação do ensino superior e proliferação de estabelecimentos de ensino públicos e privados, aliada às restrições cada vez mais acentuadas dos recursos financeiros, modelam os desafios que atualmente se impõem às instituições de ensino superior. Neste contexto surgem as noções de internacionalização do ensino/aprendizagem, de prestação de contas à sociedade e de gestão dos recursos do estado, cuja face mais visível são os atuais sistemas de garantia da qualidade.

Em Portugal a questão da avaliação da qualidade do ensino está presente nas instituições de ensino superior público universitário desde 1993. Inicialmente os processos de avaliação das universidades públicas e do regime concordatário (Universidade Católica) foram coordenados pela Fundação das Universidades Portuguesas (FUP). Posteriormente foi criado o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES) com o intuito de harmonizar a avaliação do ensino universitário e politécnico, público e não público, em cooperação com as entidades representantes dos estabelecimentos de ensino dos diferentes sistemas. Em 2007, com a publicação do regime jurídico da avaliação e a criação da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) cujas atribuições são a avaliação e a acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudo, é introduzida a questão dos sistemas internos de garantia da qualidade das instituições.

Com base num estudo de Ming Cheng (2010) - sobre a perceção do corpo académico aos impactes dos mecanismos de garantia da qualidade no seu trabalho - e na minha experiência profissional, tentarei apresentar diferentes leituras do campo académico relativamente a estes processos. Abordaremos com mais detalhe a controvérsia suscitada pelo inquérito de opinião aos alunos na Universidade de Évora.

Com base nas análises de Madureira (2000) e de Le Goff (2003) sobre a evolução das organizações e a organização do trabalho no contexto ideológico e político da sociedade ocidental atual, tentaremos abrir a discussão sobre a validade destas abordagens, para a compreensão do papel exercido pelos sistemas de avaliação e garantia da qualidade, nas políticas para o ensino superior, no atual enquadramento sociopolítico europeu.

## **1.2. ENQUADRAMENTO DO TEMA**

### **1.2.1. AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM PORTUGAL - BREVE HISTÓRIA**

Em 1986 a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46 de 14 de Outubro), no seu 49º artigo, estabelece que “o sistema educativo deve ser objeto de avaliação continuada, que deve ter em conta os aspetos pedagógicos, psicológicos e sociológicos, organizacionais, económicos e financeiros e ainda os de natureza político-administrativa e cultural”. Contudo a primeira referência a uma lei sobre o regime de avaliação das universidades surge apenas em 1988, no artigo 32º da lei da autonomia das universidades (Lei n.º 108 de 24 de Setembro), nos seguintes termos: “Para efeitos do disposto no artigo 49º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, e tendo em conta o disposto na presente lei, o governo deve apresentar na Assembleia da República uma proposta de lei sobre o regime de avaliação e acompanhamento da atividade das universidades.”

Em 1993 é constituída a Fundação das Universidades Portuguesas cujo propósito é “...contribuir para os objetivos globais das universidades que integram o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas”, cabendo-lhe, entre outras, a atribuição

de "...promover a reflexão e a avaliação crítica acerca do ensino universitário em geral e de cada uma das suas instituições em particular"<sup>1</sup>.

Também em 1993, o CRUP<sup>2</sup> inicia uma experiência piloto com vista a instituir um sistema de avaliação global das universidades públicas e da Universidade Católica. Assim, sob a coordenação do Conselho de Avaliação da Fundação das Universidades Portuguesas, é implementado o 1º ciclo de avaliação, que estabelece um calendário de avaliação, de 1993-94 a 1997-98, para as diferentes áreas científicas de classificação dos cursos de licenciatura.

Finalmente em 1994 surge a lei da avaliação do ensino superior (Lei n.º 38/94 de 21 de Novembro). A lei define que a avaliação deve incidir sobre a qualidade científica e pedagógica das instituições, a qualificação do corpo docente e as condições de funcionamento. Questões como o desempenho das instituições relativamente ao ensino e à investigação, a inovação no ensino, a ligação das instituições à comunidade, a internacionalização do ensino e da investigação, a relação entre a oferta formativa e a sua procura pelos alunos, a inserção dos diplomados no mercado de trabalho e a eficiência da organização e gestão da instituição integram já a letra da lei. A lei esclarece ainda os objetivos da avaliação:

- a) Estimular a melhoria da qualidade das atividades desenvolvidas;
- b) Informar e esclarecer a comunidade educativa e a comunidade portuguesa em geral;
- c) Assegurar um conhecimento mais rigoroso e um diálogo mais transparente entre as instituições de ensino superior;
- d) Contribuir para o ordenamento da rede de instituições de ensino superior."

Estão assim já plasmadas as ideias orientadoras da política de avaliação das instituições de ensino superior público, como a necessidade de prestação de contas à sociedade em geral e a de que a avaliação constitui um instrumento de apoio à

<sup>1</sup> In, Anúncio de Constituição n.º 236, Diário da República (III Série) de 8-10-1993

<sup>2</sup> O Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas foi criado pelo Decreto-Lei n.º 107/79, de 2 de Maio, com o objetivo de coordenar as atividades desenvolvidas no âmbito das Universidades. Em 1993 é aprovado um novo estatuto jurídico do CRUP (Decreto-Lei n.º 283/93 de 18 de Agosto), com vista à sua atualização de acordo com as alterações introduzidas pelo quadro jurídico da autonomia das instituições universitárias (Lei n.º 108/88 de 24 de Setembro).

Em 2005 através do Decreto-Lei n.º 89/2005, de 3 Junho é alterado o 1º artigo do Decreto-Lei n.º 283/93 com vista a integrar no CRUP os estabelecimentos de ensino universitário públicos sob tutela exclusiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que até então não estavam integrados.

decisão. Os conceitos fundamentais, como o de qualidade e o de inovação são também já utilizados.

No seguimento da lei da avaliação de 1994 é assinado, em 1995, um protocolo entre o Ministério da Educação, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e a Fundação das Universidades Portuguesas<sup>3</sup> relativo à avaliação do ensino superior. Este protocolo visa apoiar a iniciativa do CRUP de avaliar a título experimental um conjunto de cursos das universidades nele representadas, reconhecer a Fundação das Universidades Portuguesas como entidade representativa das Universidades Estatais e da Universidade Católica e estabelecer as regras para o funcionamento do sistema de avaliação.

O Decreto-Lei n.º 205, de 1998, cria o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior atribuindo-lhe um papel ordenador do sistema de avaliação com vista à harmonização da avaliação nos vários sectores do ensino superior, universitário, politécnico, público e privado. O Decreto-Lei estabelece as regras gerais necessárias à concretização do sistema de avaliação e acompanhamento do ensino superior e os princípios a que deve obedecer a constituição das entidades representativas das instituições do ensino superior universitário e politécnico, públicas e não públicas e ainda refere pela primeira vez a meta-avaliação. Neste âmbito o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior publica vários documentos de reflexão, resultantes de seminários e colóquios que organiza, e variadíssimos pareceres e recomendações sobre o sistema de avaliação.

Ainda em 1998, a 16 de Dezembro, é celebrado o protocolo entre o Ministério da Educação e a Associação dos Institutos Superiores Politécnicos Portugueses (ADISPOR), que visa o reconhecimento desta associação como entidade representante para a avaliação no âmbito da aplicação das leis n.º 38/94 e n.º 205/98. Com o mesmo intuito é assinado a 3 março de 1999 o protocolo entre o Ministério da Educação e a Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado (APESP).

---

<sup>3</sup> Em 1993 foi constituída a Fundação das Universidades Portuguesas, com o fim contribuir para os objetivos globais das universidades que integram o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, nomeadamente:

“a) Fomentar, através de reuniões, estudos e outras formas de atuação, as relações dessas universidades entre si e com instituições, nacionais e estrangeiras, de ensino, de investigação e outras que prossigam fins idênticos aos da Fundação;

b) Promover a reflexão e a avaliação crítica acerca do ensino universitário em geral e de cada uma das suas instituições em particular;

c) Realizar ações que intensifiquem a inserção da universidade na comunidade;” in, Diário da República N.º 236 - 8-10-1993 (III Série).

Em 1999 inicia-se o 2º ciclo de avaliação, cujo calendário compreende o período de 1999-00 a 2003-04, e agrega a avaliação de cursos de licenciatura de instituições públicas e privadas.

Em 2000, é aprovada a organização e ordenamento do ensino superior, Lei n.º 26/2000 de 23 de Agosto, no quadro das leis em vigor. Relativamente ao sistema de avaliação são referidos apenas genericamente alguns dos aspetos desenvolvidos na Lei n.º 38/94, como por exemplo a incidência da avaliação no desempenho científico e pedagógico dos estabelecimentos. Esta lei é revogada em 2003, com a aprovação do Regime Jurídico do Desenvolvimento e da Qualidade do Ensino Superior (Lei n.º 1/2003 de 6 de janeiro). O Regime Jurídico do Desenvolvimento e da Qualidade do Ensino Superior atribui ao estado a promoção da avaliação da qualidade científica, pedagógica e cultural do ensino e define que a criação de mecanismos que assegurem a avaliação é uma competência do estado, remetendo para diploma próprio a definição do sistema de avaliação.

Em Novembro de 2005 (através do Despacho n.º 484, publicado em de 9 de Janeiro de 2006) o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) determina:

- A "realização de uma análise integrada das conclusões e dos relatórios dos últimos ciclos de avaliação desenvolvidos no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior" a cargo do Conselho Nacional para a Avaliação do Ensino Superior (CNAVES), em colaboração com as entidades representativas dos subsistemas de ensino superior, a Fundação de Universidades Portuguesas (FUP), a Associação dos Institutos Superiores Politécnicos Portugueses (ADISPOR) e a Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado (APESP), tendo em conta os protocolos em vigor celebrados entre estas instituições e o Estado;
- A "avaliação global do sistema de ensino superior português" a cargo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE);
- A avaliação do sistema da garantia da qualidade do sistema de ensino superior português, a cargo da Rede Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior (ENQA), em coordenação com o Conselho Nacional para a Avaliação do Ensino Superior (CNAVES);

- A criação de um “programa voluntário de avaliação institucional, de âmbito internacional, dos estabelecimentos portugueses de ensino superior universitários e politécnicos, público e privado, e suas unidades orgânicas”. A avaliação institucional fica a cargo da Associação Europeia das Universidades (EUA), em colaboração com a Associação Europeia de Instituições de Ensino Superior (EURASHE), e integra “peritos provenientes de sistemas não europeus, tais como os Estados Unidos e o Canadá, com experiência na avaliação dos ensinos universitário e politécnico, de uma forma que respeite as características intrínsecas e próprias de cada subsistema de ensino superior”. O programa de avaliação institucional permite que os estabelecimentos portugueses de ensino superior, público e privado, e suas unidades orgânicas requeiram a sua própria avaliação internacional junto da EUA. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior prevê ainda que através da Direção Geral do Ensino Superior (DGES) seja aberto um concurso anual para cofinanciar os custos da avaliação institucional dos estabelecimentos de ensino superior, público e privado, e suas unidades orgânicas, que requeiram esse financiamento.

Em 2007, é publicado o regime jurídico da avaliação (Lei n.º 38/2007, de 16 de Agosto), que revoga a Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro. A lei aplica-se a todos os estabelecimentos de ensino superior e a avaliação é explicitamente obrigatória. Aos objetivos da avaliação da qualidade definidos na Lei n.º 38/94 é acrescentado “o desenvolvimento de uma cultura institucional interna de garantia de qualidade”. Nesta lei são identificados os parâmetros de avaliação da qualidade “relacionados com a atuação” e com os “resultados decorrentes da atividade” das instituições de ensino superior. É fixada a acreditação dos estabelecimentos de ensino e dos seus ciclos de estudo com base na avaliação da qualidade. Determina-se que a avaliação externa que serve de base à acreditação será realizada por uma agência de avaliação e acreditação para a garantia da qualidade do ensino superior.

Em Novembro do mesmo ano é instituída a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) pelo Decreto-Lei n.º 369/2007 de 5 de Novembro, respondendo assim positivamente à recomendação da European Association for Quality Assurance in Higher Education (ENQA), expressa no seu relatório sobre a garantia da qualidade do ensino superior em Portugal, solicitado pelo Governo Português. Segundo o referido relatório existia a necessidade de criar uma agência de garantia da qualidade do ensino superior, independente das instituições a avaliar, garantindo que a avaliação externa seria da responsabilidade de entidades

externas às instituições e não de entidades representativas das instituições como era até então.

A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) tem como fins a avaliação e a acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, assim como a inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior.

### **DA AVALIAÇÃO DO ENSINO AOS SISTEMAS DE GARANTIA DA QUALIDADE DA INSTITUIÇÃO**

Durante o processo coordenado pela FUP, a avaliação, e conseqüentemente, as autoavaliações, tinham como objeto os cursos de licenciatura. Embora a avaliação incidisse sobre os diferentes aspetos que contribuem para o funcionamento dos cursos, como o plano curricular, o corpo docente, a produção científica, os meios e recursos disponíveis, etc., a análise era feita apenas na perspectiva do curso em avaliação. Os guiões para a realização dos relatórios de autoavaliação obrigavam a um exame dos últimos cinco anos de funcionamento do curso, contudo, estes relatórios consistiam num exercício único, que não permitia o acompanhamento da evolução subsequente à avaliação do curso. Embora a avaliação fosse cíclica ela ficou sempre marcada por intervalos de tempo em que não existiu reflexão sobre a evolução da realidade, perdendo-se também o envolvimento dos intervenientes no processo.

Com o argumento de obter uma monitorização consistente e continuada da qualidade, as instituições foram estimuladas a definir instrumentos e processos que permitam recolher regularmente informação sobre os diferentes aspetos da instituição para a sua divulgação interna, os denominados sistemas internos de garantia da qualidade (SIGQ). Estes sistemas deverão ser auditados pela A3ES para a sua certificação. A certificação dos sistemas internos de garantia da qualidade visa a simplificação da avaliação externa, passando parte dessa responsabilidade para as próprias instituições.

### 1.2.2. A AUTOAVALIAÇÃO DO ENSINO NA UNIVERSIDADE DE ÉVORA DE 1998 A 2010 – BREVE HISTÓRIA

A Universidade de Évora participou no processo de avaliação desde o seu início. A experiência piloto levada a cabo pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), incidiu na avaliação de alguns cursos de licenciatura de várias instituições. Os relatórios de autoavaliação, da responsabilidade das instituições participantes, foram elaborados, no caso da Universidade de Évora, pelas comissões de curso, que beneficiaram do apoio do Gabinete Coordenador da Avaliação, criado em Dezembro de 1993 juntamente com a Comissão de Acompanhamento da Avaliação, coordenada pelo Prof. Doutor António Covas (Despacho n.º 96/93).

No fim da 1ª fase experimental do CRUP e com o objetivo de preparar o processo de avaliação das fases que se seguiriam, é publicado o Despacho n.º 117/94, que revoga o Despacho n.º 96/93, pondo assim termo ao Gabinete Coordenador da Avaliação, atribuindo novas competências à Comissão de Acompanhamento da Avaliação e criando o Conselho de Avaliação.

Ainda no decurso do 1º ciclo de avaliação coordenado pela FUP, foi criada na Universidade de Évora, a Comissão de Avaliação Institucional, pelo Despacho n.º 95/97, de 01 Outubro, cuja equipa técnica substituiu a Comissão de Acompanhamento da Avaliação, no apoio às comissões de curso.

A Comissão de Avaliação Institucional, sob a coordenação do Prof. Doutor José Rodrigues dos Santos, iniciou um processo de planeamento e organização do processo de avaliação na Universidade de Évora, com o intuito de definir as diferentes responsabilidades na recolha, organização e disponibilização da informação fundamental ao processo de autoavaliação e coordenar a conceção e implantação de instrumentos necessários à produção e sistematização da informação e ainda coordenar as ações da Universidade de Évora no âmbito dos processos de avaliação externa. Estas atividades tornaram visível que a Comissão de Avaliação Institucional necessitava de maior peso institucional de forma a

garantir alguma consequência das propostas de alteração da organização da instituição. Neste sentido foi criada a Pró-Reitoria para a Avaliação Institucional e Política da Qualidade (Despacho n.º 102/98, de 27 de Outubro) e extinta a Comissão de Avaliação Institucional.

Em 2002 esta Pró-Reitoria passará a denominar-se Pró-Reitoria para a Avaliação Institucional, tendo sido reconduzido o Prof Doutor Carlos Vieira<sup>4</sup> para a sua coordenação, mantendo as mesmas atribuições, às quais é acrescentada a acreditação dos cursos no âmbito das ordens profissionais.

Uma nova Reitoria, cujo mandato se iniciou em 2006, nomeia então a Pró-Reitoria para a Política da Qualidade e Inovação que mantém o mesmo Pró-Reitor e no essencial tem as mesmas atribuições que a anterior, tendo-lhe sido ainda atribuída a coordenação do processo de Bolonha.

Em Janeiro de 2006 a Universidade de Évora candidatou-se ao Programa de Avaliação Institucional coordenado pela Associação Europeia das Universidades - EUA, tendo sido uma das 10 instituições selecionadas no concurso da Direção Geral do Ensino Superior (DGES) para o financiamento do processo. Para a realização do relatório de autoavaliação, foi criada a Comissão de Autoavaliação Institucional, (Despacho n.º 69 de 10 de Maio de 2006), tendo todo processo interno sido coordenado pela Pró-Reitoria para a Política da Qualidade e Inovação.

Em 2009, na sequência da revisão dos estatutos da Universidade de Évora, é criado o Gabinete para a Avaliação e Política Institucional da Qualidade. Desta forma pretendeu-se enquadrar nos recentemente criados serviços da reitoria o corpo técnico que até então pertencia aos recursos humanos da Pró-Reitoria. Contudo a coordenação deste gabinete manteve-se uma atribuição da Pró-Reitoria para a Política da Qualidade e Inovação, não mudando substancialmente as condições de atuação dos membros da equipa.

---

<sup>4</sup> O Prof. Doutor Carlos Vieira já havia substituído o anterior Pró-Reitor, na sequência da sua saída.

### 1.2.3. ENQUADRAMENTO EUROPEU DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

O nascimento da universidade moderna tem cerca de 200 anos. Na Europa as universidades desenvolveram-se essencialmente à imagem do modelo *humboldtiano* segundo o qual estas se devem dedicar à investigação pura, no sentido da procura da verdade, sem excluir a sua componente prática, e onde o ensino se concretiza na célebre fórmula da *formação pela investigação*, proporcionando uma visão global do mundo e uma formação integral do Homem e não apenas uma profissão, naquilo que Humboldt chamava a *educação moral da nação* (Oliveira, 2000).

Segundo Oliveira (2000), a origem do atual ensino superior português não se enquadra neste contexto histórico. Até 1980 a investigação praticamente não existia, o ensino era profissionalizante e as universidades estavam diretamente dependentes do estado, um pouco ao modo Napoleónico. O elitismo do ensino superior residia nas condições socioeconómicas do país, vindo a democratizar-se muito mais tarde que nos restantes países europeus, após a revolução de 1974. Ainda segundo a autora, a “discussão do modelo alemão, americano ou mesmo francês, não faz qualquer espécie de sentido no caso português” (Oliveira, 2000, p.105).

No entanto e apesar das diferenças acima referidas, existem fatores no ensino superior que nas últimas décadas evoluíram de forma similar em Portugal e nos países da união europeia. A proliferação de instituições de ensino superior, a massificação do ensino, são elementos que se encontram em muitos dos textos de descrição da situação atual do ensino superior, aos quais ainda se acrescentam a redução do financiamento público e as consequências demográficas das reduzidas taxa de natalidade<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Para alguns autores a massificação do ensino superior em Portugal verifica-se a partir de 1985. Segundo dados da OCDE a percentagem da população, com idades compreendidas entre os 18 e os 22 anos, a frequentar o ensino superior é de 18% em 1990 e de 37% em 1995 (Oliveira 2000). Não querendo questionar quais os valores percentuais que devem estar associados ao conceito de massificação do ensino superior, podemos contudo afirmar que a redução da população desta faixa etária não pode ser a única causa da recente diminuição da procura no ensino superior, uma vez que a maioria dos jovens ainda não o frequenta.

A preocupação europeia de afirmação global inclui também a afirmação do ensino superior europeu. Por outro lado a livre circulação de pessoas e trabalhadores no espaço Schengen e as políticas comuns económicas são argumentos para uma uniformização das políticas de ensino superior<sup>6</sup>, conferindo pouco espaço a políticas nacionais que contrariem as estratégias definidas a nível europeu.

Segundo Marley (2003)<sup>7</sup> as preocupações com a garantia da qualidade no ensino superior resultam daquilo a que chama "o caos da expansão mundial do ensino superior", onde se incluem os fatores anteriormente referidos.

Os objetivos fixados no Conselho Europeu de Lisboa (março de 2000) foram "tornar-se na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social". Dois anos mais tarde no Conselho Europeu de Barcelona (março de 2002) fixou-se o objetivo de fazer dos sistemas de educação europeus "uma referência mundial de qualidade".

À luz destes objetivos, a comunicação da Comissão das Comunidades Europeias sobre o papel das universidades na Europa do Conhecimento, de 2003, sintetiza as questões que considera pertinentes para o enquadramento da política europeia do ensino superior, nos seguintes termos:

Atualmente o ensino superior distancia-se dos seus modelos, nomeadamente do modelo da Universidade Alemã criada por Wilhelm von Humboldt, na direção de uma "maior diferenciação". O ensino superior está "organizado essencialmente a nível nacional e regional", "caracteriza-se por uma grande heterogeneidade" de "organização, gestão e condições de funcionamento, bem como em matéria de estatuto e condições de emprego e contratação dos professores e investigadores". A "heterogeneidade manifesta-se entre os países" e "dentro de cada país". A heterogeneidade transnacional resulta de "diferenças culturais e legislativas" e a nacional do facto das instituições de ensino superior serem intrinsecamente diferentes visto que "não têm todas as mesmas missões, nem reagem da mesma maneira e com a mesma rapidez às evoluções que as afetam". Surgem instituições centradas "num núcleo de competências específicas em matéria de investigação e ensino, e/ou em certas dimensões das suas atividades", como a "integração numa

<sup>6</sup> De que o exemplo mais claro é o Processo de Bolonha cujos objetivos declarados são uniformizar o esforço de aprendizagem necessário à obtenção de um diploma, facilitando a sua equivalência, e promover a mobilidade de estudantes como processo de internacionalização da aprendizagem.

<sup>7</sup> Marley, 2003 citada por Saarinen (2009, p.79).

estratégia de desenvolvimento regional” (Comissão das Comunidades Europeias, 2003, p. 2 e 6).

As questões que o comunicado da Comissão das Comunidades Europeias coloca como desafios às instituições de ensino superior inserem-se no contexto da afirmação do ensino e da investigação europeias em relação ao ensino e investigação oriundo dos EUA e do Japão, para citar os exemplos do texto de 2003. Embora tenham sido enumerados seis itens para explicar os desafios das instituições europeias, estes podem resumir-se da seguinte forma:

- A resposta às novas necessidades de ensino de uma sociedade que se pretende que tenha um grande crescimento de emprego tecnológico e científico, incluindo a adaptação dos trabalhadores à inovação através do ensino ao longo da vida, não esquecendo a mobilidade internacional de trabalhadores, e;
- A resposta concorrencial à oferta científica das instituições americanas, nomeadamente na sua capacidade de produzir investigação fundamental “num contexto de aplicação” que as torna tão atrativas para o meio empresarial, seu grande financiador.

Deste modo, o Processo de Bolonha é aqui apresentado como a tentativa de organizar a diversidade do ensino superior europeu tornando-o mais “coerente e compatível” constituindo uma condição de “transparência” e de “competitividade” das instituições europeias a nível europeu e mundial. Apesar disto, a Declaração de Bolonha (1999) dedica apenas um parágrafo às questões da avaliação, onde se defende “a promoção da cooperação em garantia da qualidade com vista ao desenvolvimento de critérios e metodologias comparáveis”<sup>8</sup>. Mais tarde, com o alargamento dos subscritores aos países de Leste, o Comunicado de Praga (2001) dedica uma secção ao tema da avaliação e garantia da qualidade (Machado dos Santos, 2011). Segundo Machado dos Santos (2011) é na reunião de Berlim de 2003, que os Ministros assumem “uma posição mais proactiva”. Com o intuito de “acelerar o Processo de Bolonha” definem três áreas de atuação, a saber: a garantia da qualidade, o sistema de dois ciclos e o reconhecimento de graus e períodos de estudos. O Comunicado de Berlim estabelece ainda parâmetros a serem observados nos sistemas nacionais de garantia da qualidade e mandata a European Association for Quality Assurance in Higher Education (ENQA) para

<sup>8</sup> Declaração de Bolonha citada por Machado dos Santos, Sérgio in *Análise Comparativa dos Processos Europeus para a Avaliação e Certificação de Sistemas Internos de Garantia da Qualidade*, 2011.

através dos seus associados e em cooperação com a European University Association (EUA), a European Association of Institutions in Higher Education (EURASHE) e a National Unions of Students in Europe (ESIB), “preparar um conjunto de padrões, procedimentos e orientações sobre a garantia da qualidade comumente aceites e ainda para explorar vias para assegurar um sistema adequado de avaliação externa de *peer review* para as agências ou organismos de avaliação e/ou acreditação” (Machado dos Santos, 2011, p. 3).

No relatório da ENQA sobre os *standards* e orientações para a garantia da qualidade na área europeia da educação superior afirma-se que “se a europa aspira ser a economia baseada no conhecimento mais dinâmica do mundo, então a educação superior europeia precisará de demonstrar que leva a qualidade dos seus cursos a sério e que deseja implementar os meios de garantia e de demonstração dessa qualidade. As iniciativas e necessidades que estão a despontar, dentro e fora da europa, face à internacionalização do ensino superior, exigem uma resposta. O compromisso de todos os envolvidos na produção destas propostas permitirá atingir uma dimensão verdadeiramente europeia da garantia da qualidade, a qual reforçará a atratividade da oferta do ensino superior na zona europeia”<sup>9</sup> (European Association for Quality Assurance in Higher Education - ENQA, 2005, p.9).

Se é verdade que no início da avaliação do ensino superior os objetivos declarados eram apenas o estímulo à melhoria da qualidade das instituições, a prestação de contas à sociedade, e o apoio ao ordenamento do sistema de ensino superior, ainda que nem sempre estabelecendo uma relação direta com as políticas nacionais para o ensino superior, atualmente, os documentos relativos à política europeia para o ensino superior e os que orientam a implementação dos sistemas de garantia da qualidade assim como o funcionamento das agências nacionais de avaliação e acreditação do ensino superior, não escondem que, a avaliação e a garantia da qualidade do ensino superior é um instrumento indispensável à aplicação das políticas europeias para o ensino superior.

---

<sup>9</sup> No original: “...if Europe is to achieve its aspiration to be the most dynamic and knowledge-based economy in the world (Lisbon Strategy), then European higher education will need to demonstrate that it takes the quality of its programmes and awards seriously and is willing to put into place the means of assuring and demonstrating that quality. The initiatives and demands, which are springing up both inside and outside Europe in the face of this internationalisation of higher education, demand a response. The commitment of all those involved in the production of these proposals augurs well for the fulfillment of a truly European dimension to quality assurance with which to reinforce the attractiveness of the EHEA’s higher education offering.”, in, European Association for Quality Assurance in Higher Education - ENQA (2005). Report on Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area, p.9

### **1.3. A QUALIDADE E O ENSINO SUPERIOR**

Nos diversos domínios da atualidade, o problema da qualidade foi adotado como problema central, e todas as questões relacionadas com o desenvolvimento social e económico das sociedades apresentam-se intimamente ligadas ao problema da qualidade, como sejam, a qualidade de vida ou a qualidade ambiental e do ordenamento do território, etc.. Estas macro questões estão por sua vez relacionadas com a qualidade dos produtos que consumimos e com a gestão dos diferentes sectores da sociedade. No caso da qualidade dos produtos alimentares, a discussão faz-se sobre a certificação de produtos, como o queijo, o vinho ou a carne, de região demarcada, e do modo de produção biológico, de legumes, frutos ou animais. Na gestão dos diferentes sectores da sociedade, a discussão consubstancia-se na qualidade do sistema de saúde, do sistema judicial, do ensino, da investigação científica, etc..

A definição de um conceito operacional de qualidade, deverá ser suficientemente geral para que seja aplicável em todos os domínios e suficientemente operacional para que a sua aplicação prática seja exequível.

Embora nos dias de hoje a palavra qualidade seja usada a todo o momento, desde o quotidiano doméstico até aos centros de investigação científica, não é simples encontrar uma definição geral e suficientemente rigorosa do conceito de Qualidade. Quando nos referimos à qualidade de um objeto específico como a água, a carne, etc., podemos encontrar critérios detalhados, legislação, modelos de análise e instrumentos de medida da qualidade expressos em fórmulas matemáticas, assim como a identificação de entidades especializadas para a certificação de A ou B, cuja acreditação obedece também a critérios explícitos de qualidade, que devem ser periodicamente avaliados.

Assim, torna-se claro que quando a qualidade adjetiva ou atribui uma classificação a um produto, instituição ou processo, qualificando esse objeto, adquire um significado traduzível em características que o mesmo deve possuir. As

características que o objeto deve possuir, estão relacionadas com um padrão aceite como ideal, ou próximo disso.

Quando passamos de novo para o plano substantivo do termo e nos referimos à qualidade como conceito geral, comum a todos os objetos de qualidade e presente nas novas conceções de gestão e administração das instituições, deparamos com dificuldades e encontramos lacunas na materialização do conceito. Existe assim, um paradoxo no estatuto do conceito de qualidade, pois embora a necessidade desta seja posta como uma evidência, a sua definição permanece aparentemente inacessível.

Atualmente a questão da qualidade é mais vasta do que a simples vulgarização do termo. A questão tem origem no meio da gestão empresarial em resposta ao aparecimento de novas necessidades resultantes de uma nova atitude emergente na organização socioeconómica. A resposta a estas necessidades terá dado origem, à corrente da gestão do *Total Quality Management* cujo objetivo é gerir a empresa de forma a obter não só um produto final de acordo com os padrões de qualidade aceites pelas suas congéneres, como também um processo de produção que satisfaça todos os intervenientes e todos os requisitos da boa utilização dos recursos. Este modelo de gestão extravasa o plano empresarial e passa a ser aplicado em diversos tipos de instituições. Os seus defensores argumentam que é mais que um simples modelo de gestão e que o objetivo se concretiza na implementação de uma cultura da qualidade.

A qualidade é portanto um conceito fundamental na análise dos sistemas de avaliação em geral e conseqüentemente também na análise da avaliação do ensino superior e dos sistemas de garantia das instituições de ensino superior.

No que concerne ao ensino superior existem várias abordagens relativamente ao que consiste a qualidade. Donald Ekong (1998), consultor em gestão do ensino superior, no seu artigo *Quality: Trends from the Regional Consultations on Higher Education*, incluído no relatório final da comissão II – Quality of Higher Education, da World Conference on Higher Education da UNESCO, refere as diferentes aceções do termo<sup>10</sup>:

<sup>10</sup> Estas aceções são primeiramente apresentadas pela corrente de gestão Total Quality Management, nomeadamente: Excelência - Quando suplanta os parâmetros máximos.

Perfeição – Quando o produto final tem “zero defeitos”, ou é “bem feito à primeira”

Execução dos objetivos – Quando atinge os parâmetros estabelecidos.

Evolução – Quando o grau de transformação entre o estado atual e o estado precedente é elevado.

Relação custo/benefício – Quando se equaciona o custo da produção em relação ao produto resultante (o produto melhor pelo preço mínimo)

- a qualidade como algo excecional ou distintivo;
- a qualidade como excelência e manutenção de padrões elevados;
- a qualidade como um processo educativo que resulta num produto de qualidade estandardizado, baseado em padrões previamente definidos;
- a qualidade como transformação, referindo-se à evolução das competências dos estudantes, ou seja referindo-se a esse valor acrescentado como sendo o objetivo chave do processo educacional, e;
- a qualidade como a adequação aos fins.

Estas aceções estão ainda associadas ao conceito *value for money*, uma boa relação entre o valor (do produto) e o seu custo <sup>11</sup>.

Ainda segundo Donald Ekong (1998), a qualidade entendida como excelência, parte do princípio que existem instituições que estipulam critérios de *benchmarking* com os quais as outras instituições são comparadas. A conceção de que a qualidade é a adequação aos fins da instituição, tem em conta a diversidade de objetivos e fins do ensino superior e a importância do processo educativo.

Torna-se claro que o conceito de qualidade está diretamente relacionado com a conceção de ensino superior, da função que lhe é atribuída e do modo como se considera que essa função se deve realizar. Este facto tem permitido que alguns afirmem que a qualidade é um conceito subjetivo e ambíguo.

Mas exatamente porque conceitos como o de qualidade implicam uma visão daquilo a que se referem, é que Filippakou (2011) na sua abordagem conceptual à ideia de

<sup>11</sup> No original "However other approaches to the concept of quality in higher education have included:

- quality as something distinctive or exceptional;
- quality as excellence and maintenance of high standards, which assumes that there are institutions that provide bench-marking criteria against which other institutions are measured;
- quality as an educational process producing a standardized 'quality product' which relies on defined minimum threshold standards; and
- quality as transformation, referring to the enhancement of the abilities of students (adding value as the key objective of the educational process).

The advantage and significance of the fitness for purpose concept of quality is that it takes account of:

- the diversity of higher education missions and provision; and
- the importance of the educational process.

Closely associated with this is the concept of value for money, which is attractive to governments and other funding agencies, and may be measured in terms of indicators such as failure or drop-out /completion rates, teacher to students ratios etc." (Ekong, 1998, p.94).

qualidade, nos diz que a qualidade no ensino superior é ideológica<sup>12</sup>. Em acordo com a sugestão de Eagleton (Eagleton, 1991, citado por Filippakou, 2011 p. 17), segundo a qual é melhor ver a ideologia como o exercício de um conjunto de efeitos nos discursos do que tentar defini-la, Filippakou (2011) analisa os discursos<sup>13</sup> sobre a qualidade no ensino superior, constatando que existem vários discursos, o que denota a existência de diferentes perspetivas do que é, ou deve ser, o ensino superior, e conseqüentemente do que é a sua qualidade. As diferentes perspetivas devem-se à manifestação de diferentes atores cujos interesses são diversos. Contudo, verifica um afunilar dos discursos e uma apresentação cada vez mais natural da visão de qualidade<sup>14</sup>. Este processo configura o surgimento de um discurso dominante sobre a qualidade do ensino superior, que é definida pela rede de discursos que suportam o discurso dominante e permitem a operacionalização das políticas para o ensino superior.

---

<sup>12</sup> Segundo Habermas a ideologia representa interesses sociais e fornece uma visão parcial do mundo. Para McLellan a ideologia não é apenas um entendimento parcial da realidade mas também revela como as diferenças de poder se refletem na sua presença. Eagleton acrescenta que a ideologia tem a capacidade de dominar o entendimento dos indivíduos o que os pode fazer agir contra os seus próprios interesses.

<sup>13</sup> Filippakou (2011) segue a definição de Kress e van Leeuwen segundo a qual os discursos são conhecimento socialmente construído sobre (algum aspeto da) realidade e podem apresentar-se com maior ou menor carga ideológica, consoante se apresentam mais fechados ou abertos.

<sup>14</sup> Segundo Filippakou (2011), Eagleton e McLellan demonstram que há cinco elementos chave que indicam a presença de ideologia na construção e manutenção do discurso sobre a qualidade, nomeadamente: "lutas sociais, uma distribuição desigual do poder, parcialidade, naturalidade e perda de vozes" (Filippakou, 2011, p.17)

#### **1.4. EFEITOS DA AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE GARANTIA DA QUALIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

No que concerne à avaliação da qualidade, a experiência das instituições de ensino superior em Portugal tem sido fundamentalmente ao nível da avaliação dos cursos de 1º ciclo (entre 1993 e 2004), no âmbito dos processos coordenados pela FUP, e ultimamente ao nível da acreditação dos cursos de 1º, 2º e 3º ciclo (desde 2009<sup>15</sup>), no âmbito da A3ES.

Com o patrocínio do então Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior realizou-se o Programa para a Avaliação Institucional coordenado pela Associação Europeia das Universidades (EUA), que consistiu na avaliação das instituições que se candidataram ao programa por uma comissão de avaliação externa nomeada pela EUA. A Universidade de Évora foi uma das instituições que se candidatou e que foi avaliada, processo que decorreu em 2007 e que, juntamente com o follow-up em 2010, constituíram as únicas experiências em avaliação institucional na Universidade de Évora.

Os sistemas internos de garantia da qualidade estão ainda em fase de implementação. Em 2011 a A3ES lançou um programa de auditoria aos sistemas internos de garantia da qualidade ao qual 14 instituições manifestaram interesse. Destas, apenas cinco foram selecionadas porque, ao contrário das restantes, dispunham de um manual de qualidade ou documento equivalente, formalmente aprovado e com um mínimo de um ano de aplicação. Nestas cinco selecionadas encontra-se a Universidade de Évora, na qual está ainda a decorrer este processo.

---

<sup>15</sup> Em 2009 foram apenas efetuadas submissões à acreditação (de 1 de Outubro a 31 de Dezembro). A acreditação dos cursos pela A3ES iniciou-se com uma acreditação prévia dos novos ciclos de estudo e com uma acreditação preliminar dos cursos em funcionamento que se encontravam acreditados pelo sistema anterior e que as instituições pretendiam manter em funcionamento no futuro.

A avaliação e os sistemas de garantia da qualidade estão relacionados com o exercício do poder nas instituições e em relação a elas. Segundo alguns autores os processos que se desenvolvem no âmbito da avaliação e da garantia da qualidade proporcionam o fortalecimento da liderança nas instituições, o que é observável pelo aumento da concentração da informação produzida pelos sistemas de qualidade e pela clarificação das políticas de responsabilização na área da avaliação. Por outro lado, o corpo académico pode estar a perder poder enquanto os estudantes e outros atores ganham legitimidade no processo (Stensaker, 2008)<sup>16</sup>.

As questões de poder relativas à avaliação do ensino e aos sistemas de garantia da qualidade trouxeram alguma controvérsia ao tema. Autores como Power, Shore e Wright consideram que estes são sistemas de controlo administrativo. No entanto, Shore e Wright acrescentam que não se trata apenas de um regime específico de inspeção mas também de uma cultura resultante dos processos de avaliação da qualidade no sector do ensino superior. Nesta perspetiva, os mesmos autores sugerem que a *cultura auditora* pode modificar o modo como os académicos concebem a sua atividade, conduzindo ao mero cumprimento dos requisitos da auditoria e à produção de novas normas de conduta e de comportamento profissional. Se para uns a avaliação externa da qualidade constitui um poder excessivo de controlo que criou sentimentos de perda de poder e constrangimento entre os docentes e investigadores, há ainda outros que consideram a avaliação um processo inútil, uma vez que se centra na medição, na prestação de contas ao exterior e no controlo regulamentar, sem que docentes e investigadores tenham em relação ao processo qualquer sentimento de pertença e ou de responsabilidade (Cheng, 2010)<sup>17</sup>

As perceções que os docentes e investigadores têm dos efeitos dos processos de avaliação da qualidade no desenvolvimento do seu trabalho, são variadas. Se por um lado uns defendem que o processo de auditoria subestimou a qualidade de ensino e aprendizagem, que deveria monitorizar e desenvolver, outros pensam que a crescente atenção dada à qualidade do ensino é estimulada pela avaliação externa (Cheng, 2010).

O estudo realizado por Cheng (2010), no âmbito do ensino superior Inglês, analisa a questão focando quatro aspetos da atividade docente:

<sup>16</sup> Bjørn Stensaker cita Barnett, 1994, Askling, 1997, Henkel, 2000, Stensaker, 2006 e Harvey & Knight, 1996.

<sup>17</sup> Ming Cheng cita Power, Brennan, Shah, Shore, Wright, Morley, Gosling, D'Andrea e Harvey, in *Audit cultures and quality assurance mechanisms in England: a study of their perceived impact on the work of academics*, *Teaching in Higher Education*, 15:3, 259-271.

- Lecionação na sala de aula<sup>18</sup>;
- Desenvolvimento curricular;
- Relação de poder entre docentes e estudantes;
- Carga de trabalho global do docente.

Neste estudo, a maioria dos docentes consideram que a auditoria teve pouco impacto nas práticas de docência porque é burocrática e ineficiente ou afirmam que a auditoria despertou a atenção para a importância da boa docência e melhorou as práticas de alguns docentes.

Relativamente à melhoria das práticas docentes, a avaliação interna das disciplinas pelos estudantes foi considerada o procedimento mais importante para a reflexão dos docentes sobre as suas práticas.

No que diz respeito ao desenvolvimento curricular, o sentimento generalizado é de que os mecanismos de garantia da qualidade não influenciam a elaboração dos currículos. Muitos docentes não conhecem nem estão interessados em inteirar-se dos procedimentos de especificação dos cursos, nem dos relatórios de *benchmarking* que a Quality Assurance Agency utiliza para descrever os *standards* para o ensino superior.

Para Cheng (2010), a análise das eventuais alterações na relação de poder entre docentes e estudantes justifica-se devido à posição única que os docentes detêm na avaliação do trabalho dos alunos - o que lhes permite influenciar a classificação final da graduação obtida pelos estudantes e conseqüentemente as suas perspectivas de carreira profissional - e devido à difusão da ideia que os estudantes são consumidores, o que originou o receio de que a relação de poder entre docentes e estudantes se altere. Esta ideia fragiliza a posição dos docentes e transforma a relação pedagógica numa transação comercial<sup>19</sup>.

Neste estudo a maioria dos docentes entrevistados aceita a existência de uma relação de poder entre docentes e estudantes, facto que atribuem ao superior domínio das disciplinas e à incumbência de ensinar conteúdos e avaliar os alunos.

---

<sup>18</sup> A avaliação do ensino superior inglês iniciou-se com o *Teaching Quality Assessment* (TQA), (de 1993 a 1995), substituído pela *Subject Review* (de 1995 a 2001), que incluía a observação de aulas efetuada por pares, posteriormente substituído pela Institutional Audit of the Quality Assurance Agency (QAA).

<sup>19</sup> Cheng cita Johnson; Macfarlane, Naidoo; e Jamieson.

Contudo, a opinião relativa à mudança na relação de forças, causada pelos processos de auditoria, é menos consensual. Uma parte dos docentes pensa que a mudança acontecerá a longo prazo, no sentido de uma relação mais igualitária. Outros julgam que o poder dos estudantes não será fortalecido visto que os docentes, independentemente dos processos de auditoria, manterão o poder sobre os estudantes relativamente ao conhecimento e à avaliação. No entanto, estes docentes reconhecem que precisam de estar mais recetivos às necessidades dos estudantes, por causa das avaliações das disciplinas e dos inquéritos aos alunos. Também em relação às consequências da possível alteração de forças na relação de poder entre docentes e estudantes existem diferentes pontos de vista. Enquanto uns vêem esta possibilidade como uma ajuda à supressão de más práticas de docência, outros demonstram alguma preocupação relativamente ao facto dos docentes serem mais monitorizados e os alunos tornarem-se mais exigentes. Alguns sugerem ainda que, esta transformação pode originar um aumento do facilitismo, deteriorando a qualidade do ensino, implicando um ensino mais paternalista e uma diminuição da autonomia dos estudantes na aprendizagem.

Em relação à carga de trabalho, os entrevistados do estudo de Cheng afirmam sentir o peso da carga de trabalho. Admitem prolongar o trabalho para além do horário, confirmando as conclusões de outros estudos, segundo os quais, existe uma cultura de longas horas de trabalho entre os académicos. O tempo de serviço influencia a perceção dos docentes relativamente à carga de trabalho. Os que trabalham há mais de dez anos queixam-se mais da carga de trabalho do que os que têm um tempo de trabalho inferior. Esta diferença pode explicar-se pelo facto dos docentes mais antigos se tornarem líderes e coordenadores e consequentemente assumirem mais tarefas na instituição, ou pelo facto do aumento da pressão na carga de trabalho dos docentes mais recentes ter ocorrido numa fase inicial da carreira, quando estes são menos sensíveis à diferença. Segundo os docentes, as atividades que mais contribuem para o peso carga de trabalho, são os procedimentos para a avaliação da investigação, a elevada carga letiva e as tarefas administrativas. Muito dos entrevistados consideram as atividades relacionadas com a avaliação e a auditoria, tarefas administrativas. Estas são consideradas as tarefas menos desejáveis, uma vez que a investigação e a docência constituem, no seu entender, as suas atividades principais. Apenas os docentes que haviam efetuado atividades de avaliação e garantia da qualidade afirmam que estas tarefas se tornaram a principal causa de uma carga de trabalho pesada.

Para Cheng, os dados recolhidos sugerem que os docentes admitem que a agência de auditoria exerce um poder sobre a instituição, o que a constrange a implementar os procedimentos internos de garantia da qualidade do ensino. No entanto, consideram que este poder é burocrático e mais simbólico que efetivo. Deste modo, os docentes entendem o cumprimento dos procedimentos de garantia da qualidade interna como necessários para que a instituição possa representar a sua anuência às exigências externas. Cheng conclui que os docentes demonstram uma grande resistência às tarefas relacionadas com a auditoria e os sistemas de garantia da qualidade e que a sua atitude é a de *fazer o jogo*, simulando aceitar as regras impostas.

A experiência de trabalho na Pró-Reitoria para a Avaliação e Promoção da Qualidade Institucional da Universidade de Évora, permitiu-nos observar que muitas das ideias e atitudes expressas pelos entrevistados no estudo de Cheng são comuns a alguns docentes desta instituição. Esta observação resulta de comunicações informais e ocasionais, que ocorreram em diferentes períodos e processos de avaliação, sem que delas se possam tirar quaisquer conclusões sobre o grau de consenso na academia, nem mesmo se nelas estão representadas as diferentes perceções que o corpo académico tem acerca do tema. Delas são mais comuns as seguintes:

- Os processos de avaliação e acreditação dos cursos implicam uma sobrecarga de trabalho administrativo, o que perturba as principais atividades dos docentes, como o ensino e a investigação;
- O interesse pela contextualização dos processos é o estritamente necessário ao cumprimento do guião de autoavaliação, ou ao preenchimento dos formulários de acreditação;
- O inquérito de opinião aos alunos é o procedimento que desperta maior interesse nos docentes. As ideias expressas sobre este instrumento são variadas. Se por um lado existem docentes que o consideram um importante meio para obter uma reação dos estudantes ao seu trabalho na sala de aula, outros consideram que contém algumas perguntas inadequadas, apresentam dúvidas em relação à significância dos resultados e aos critérios para a definição da população inquirida.

#### 1.4.1. O INQUÉRITO DE OPINIÃO AOS ALUNOS - UM INSTRUMENTO CONTROVERSO

##### **UM INSTRUMENTO PARA A OBTENÇÃO DE REAÇÕES AO TRABALHO DOCENTE**

Só a partir do ano letivo de 2006-07 é que na Universidade de Évora se começou a aplicar o inquérito de opinião aos alunos de todos os cursos de 1º ciclo, independentemente dos processos de avaliação ou de acreditação, alargando a sua aplicação aos 2º e 3º ciclos em 2009-10. Até 2006 o inquérito de opinião era aplicado apenas aos alunos dos cursos em avaliação de forma a cumprir o guião de autoavaliação.

Nesta fase alguns docentes dos cursos avaliados solicitaram nos anos letivos subsequentes que se continuasse a efetuar a aplicação do inquérito aos seus alunos ou que se lhes disponibilizasse formulários para que os próprios os aplicassem. Os pedidos destes docentes demonstram que eles consideram que o inquérito é um meio importante para obter a reação dos alunos em relação ao seu trabalho<sup>20</sup>.

Estes docentes representam uma pequena parte do corpo docente da instituição, no entanto este comportamento nunca foi estimulado na academia, devido à previsível incapacidade de resposta da equipa caso estes pedidos se comessem a generalizar.

Deste modo, não podemos saber o grau de adesão se as aplicações voluntárias do inquérito fossem disponibilizadas e se essa disponibilização fosse amplamente divulgada.

##### **A POPULAÇÃO EM QUESTÃO**

A população alvo do inquérito de opinião são todos os alunos inscritos na unidade curricular objeto de inquérito. As dúvidas sobre os critérios de definição da população alvo, concretizam-se na certeza, para alguns, de que o inquérito só deveria ser aplicado aos alunos assíduos. Não vamos aqui tentar quantificar qual a

<sup>20</sup> Na medida da disponibilidade dos recursos humanos procedeu-se às aplicações e tratamento das repostas. Sempre que as aplicações não eram efetuadas pela equipa técnica os resultados apresentados alertavam para as condições de aplicação não controladas.

percentagem de aulas assistidas para uma assiduidade que garanta o direito de responder ao inquérito, nem abordar os problemas relativos ao registo da assiduidade nos diversos tipos de aulas, ou horas de contacto, das unidades curriculares. O ponto de focagem deve, no nosso entender, ser colocado na discussão acerca do interesse em conhecer a opinião de uma população que inclui ou exclui os alunos menos assíduos.

Embora o argumento mais utilizado seja o de que os alunos absentistas não podem basear a sua opinião na sua própria experiência, como adiante será exposto, o nosso entendimento sobre esta problemática é o de que a opinião e o modo como ela se forma são dois objetos de estudo distintos. Existem, como se sabe, outros modos de formar opinião, diversos da experiência. Poderíamos estudá-los, mas não é esse o objetivo do inquérito de opinião aos alunos.

Se tivermos presente as taxas globais de aprovados, avaliados e não avaliados, na Universidade de Évora, para o ano letivo de 2010/2011, constatamos que, em termos globais, apenas 62% dos inscritos obtiveram aprovação nas unidades curriculares. No entanto, a taxa de reprovação é baixa (cerca de 9%). Os restantes 29% <sup>21</sup> são alunos que não se submeteram à avaliação, ou seja, são alunos que desistiram da unidade curricular. É, portanto, verosímil admitir que estes constituam a maioria da subpopulação menos assídua.

Este fenómeno tão nefasto para as taxas de sucesso escolar pode ter causas de várias ordens.

O fenómeno pode ser em parte explicado por estratégias de inscrição dos alunos. Como não existem precedências, nem limite de inscrições e os horários são geralmente divulgados em data posterior à época de inscrições, os alunos podem optar por se inscrever em todas as disciplinas atrasadas e todas as disciplinas do ano que frequentam e posteriormente verificar se conseguem ou não compatibilizar os horários. Os alunos podem também tentar adiantar-se no currículo do curso e inscrever-se em unidades curriculares de anos subsequentes ao que frequentam.

Estes factos têm sido, algumas vezes, utilizados para reforçar a argumentação, daqueles que consideram que os alunos absentistas não devem ser inquiridos. No entanto, não temos conhecimento de que se tenha tentado mitigar o problema através dos instrumentos administrativos que os órgãos de governo da instituição dispõem. Poder-se-ia divulgar os horários antes da época de inscrições. No

---

<sup>21</sup> Fonte: SAc/SIIUÉ em 27 de Março de 2012.

regulamento escolar interno poder-se-ia introduzir limites de inscrições, proibindo ou taxando as inscrições acima dos limites estabelecidos, etc..

A possibilidade dos factos acima mencionados explicarem uma parte do fenómeno, não significa que sejam as únicas explicações possíveis. É também possível que as causas do absentismo possam residir na opinião que o aluno tem acerca da unidade curricular, nomeadamente sobre a "Acessibilidade da matéria em relação aos seus conhecimentos anteriores" ou a "Importância desta disciplina na aquisição de competências que pensa serem necessárias para o futuro exercício Profissional". Pode também residir na opinião sobre o docente, nomeadamente sobre a "Clareza com que expõe a matéria" ou o "Respeito demonstrado na relação com os alunos", perguntas constantes no atual inquérito. Independentemente da causa ou causas reais do fenómeno, o absentismo pode ser sintoma de disfuncionalidades e como tal torna-se fundamental recolher a opinião desta subpopulação.

Tendo em conta os resultados das primeiras aplicações deste inquérito, com o intuito de responder a estas preocupações também partilhadas pela Pró-reitoria responsável, foi acrescentada para cada unidade curricular, uma pergunta sobre a assiduidade do aluno, a saber, "Percentagem de aulas a que assistiu em média". Para os alunos que respondem que assistem a menos de 50% das aulas é perguntado "Quais os motivos que condicionam a sua assiduidade às aulas..."

### **POPULAÇÃO OU AMOSTRA EIS A QUESTÃO**

A maioria dos comentários que questionam a significância dos resultados obtidos pelo inquérito de opinião aos alunos, alicerçam-se na baixa taxa de resposta apresentada em unidades curriculares e docentes objeto de inquérito. Na realidade, este é um problema fundamental para a credibilidade dos resultados do inquérito e tem merecido a atenção da equipa que na Universidade de Évora o tem aplicado, que tendo sempre presente a necessidade de aumentar o número de respondentes, realizou todas as iniciativas enquadráveis nos recursos disponíveis.

Enquanto o inquérito foi aplicado por administração direta em suporte papel, efetuaram-se várias alterações aos procedimentos de aplicação, com o propósito de melhorar o esclarecimento da população a inquirir sobre os objetivos do inquérito, o seu enquadramento institucional, a garantia de anonimato das respostas, etc.. Estas alterações cuja descrição pormenorizada pode ser consultada no relatório das atividades profissionais, incluíram visitas às salas de aula pela equipa de aplicação,

distribuição de cartazes e panfletos, reuniões com os representantes estudantis e colaboração com os docentes dos cursos a avaliar. Foram também experimentados momentos de aplicação diversos, como durante as aulas, na época de inscrição do semestre subsequente ao das unidades curriculares objeto de avaliação, na sequência dos exames, etc. Estes procedimentos, como seria de esperar, nunca conseguiram obter a participação de toda a população inscrita nas unidades curriculares, objeto de inquérito e mesmo os resultados mais animadores, não resolveram a questão da representatividade da subpopulação inquirida relativamente à população alvo.

Quando se começou a aplicar o inquérito através de uma aplicação informática, que permite o acesso ao inquérito em qualquer terminal com acesso à Internet através do uso da palavra-passe que cada aluno tem para acesso ao sistema de informação da universidade, e apesar dos vários procedimentos de divulgação e esclarecimento, as taxas de resposta não melhoraram e nalguns casos até pioraram.

Coloca-se então a questão de inquirir uma amostra e não a população. Em termos teóricos não parecem existir contraindicações. No entanto analisemos a questão mais de perto, tendo a realidade da Universidade de Évora como ponto de observação para a reflexão.

O inquérito de opinião aos alunos, agora aplicado a todos os alunos de todos os ciclos de estudo, é constituído por quatro partes. A primeira que pede a opinião dos alunos sobre as condições oferecidas pela universidade, a segunda sobre o curso, a terceira sobre a unidade curricular e finalmente a quarta relativa ao docente. Cada aluno deverá exprimir a sua opinião sobre cada uma das unidades curriculares em que se encontre inscrito e sobre cada um dos docentes que as leciona.

Sabendo que não existe sistema de precedências e que os alunos são livres de se inscreverem em qualquer uma das unidades do currículo do curso que frequentam, facilmente se conclui que cada unidade curricular possui uma população inscrita diferente das restantes. Deste modo se quisermos conhecer a opinião sobre cada uma das unidades curriculares, teremos que definir uma amostra para cada unidade curricular. Tendo em conta que a frequência de diferentes cursos pode alterar a perspetiva dos alunos relativamente a questões, sobre uma unidade curricular comum, nomeadamente, a "Acessibilidade da matéria em relação aos seus conhecimentos anteriores" e a "Importância desta disciplina na aquisição de

competências que pensa serem necessárias para o futuro exercício profissional”, então, para todas as unidades curriculares lecionadas a mais de um curso teriam de ser definidas amostras estratificadas por curso.

Mas se pensarmos que um dos objetivos do inquérito é recolher a opinião dos alunos sobre os docentes e as unidades curriculares no âmbito do curso, e uma vez que para o Diretor de Curso, é mais interessante conhecer a opinião dos alunos do curso que dirige, então em vez de estratificarmos a amostra por curso, será mais útil constituir uma amostra por cada par unidade curricular / curso, pois permitirá conhecer as opiniões dos alunos de um curso individualizadas das restantes.

Muitas das unidades curriculares são lecionadas por mais de um docente. Destas, existem unidades curriculares em que cada docente tem uma turma a seu cargo, lecionando apenas a uma parte dos inscritos, que por vezes se subdividem por cursos, ou não. Nestes casos cada turma será uma população diferente da qual a amostra necessita, ou não, de ser estratificada por curso. Noutros casos, cada docente leciona um módulo da unidade curricular o que não trará grande problema para a definição da amostra. Existem ainda os casos em que o docente das teóricas leciona as aulas a todos os alunos mas existem vários docentes das práticas, nomeadamente no caso das práticas laboratoriais em que existe um limite máximo de alunos por turma. Nestes casos, a população que se pronuncia sobre os docentes subdivide-se, mas só nos casos das aulas práticas laboratoriais, em várias subpopulações de inscritos nas diferentes turmas, o que implicaria uma amostra para cada uma delas estratificada ou não.

Estes são apenas alguns exemplos, mais correntes das modalidades de funcionamento das unidades curriculares que têm implicações na população alvo de inquérito. Existirão com certeza muitos mais, mas só um estudo aplicado os poderia descrever e quantificar com rigor. Para dar uma noção da dimensão da realidade, e contabilizando apenas as unidades curriculares dos cursos de 1º ciclo oferecidos pela Universidade de Évora em 2010, constata-se que funcionaram 1285 unidades curriculares com pelo menos uma nota lançada até 27 de Março de 2012. Com os mesmos critérios contabilizam-se 1763 pares unidade curricular / curso. Cada unidade curricular teve em média 42,8 inscritos e cada par unidade curricular / curso 31,2<sup>22</sup>.

Como se sabe quanto menor é a população alvo menos compensa a utilização de amostras porque a sua dimensão é cada vez mais próxima da dimensão da

<sup>22</sup> Fonte: SAc/SIIUÉ em 27 de Março de 2012

população. Por exemplo, para uma população alvo de 4000 indivíduos e uma margem de erro de 5% a amostra seria de 351 indivíduos, para uma população de 400 indivíduos a amostra seria de 196 indivíduos e finalmente para uma população de 40 indivíduos, e mantendo os 5% de margem de erro, a amostra seria de 36 indivíduos, valor, neste caso, muito próximo da população alvo.

Assinalamos ainda que, não foram sequer a floradas outras características destas populações alvo, que não poderíamos esquecer se de facto quiséssemos utilizar amostras probabilísticas aleatórias estratificadas. As amostras constituídas não seriam representativas da população se não tivessem a mesma proporção de género, de trabalhadores estudantes, de alunos que ingressaram ao abrigo do programa maiores 23 anos, ou de alunos repetentes, etc..

Depois do trabalho herculiano do estudo das características das populações alvo e da definição das amostras, a aplicação do inquérito ainda teria que ultrapassar o problema de conseguir que todos os alunos aleatoriamente selecionados respondessem ao inquérito. Provavelmente não se iria obter resultados sobre os quais fosse possível tirar conclusões sobre a população. E estaríamos de novo no ponto de partida.

Tendo tudo isto em conta, a equipa de aplicação do inquérito optou por aplicar o inquérito às populações alvo, tentando obter o máximo de respostas, mas nunca fez inferências nem apresentou conclusões relativas à população. Os resultados apresentados dizem sempre e apenas respeito aos inquiridos, à subpopulação que responde ao inquérito e cujas diferenças relativamente à população alvo não são conhecidas, pelo que não são válidos para a população. Nas condicionantes temporais e de recursos existentes, esta opção revelou-se a mais exequível.

O problema de não se conseguir obter a participação de toda a população alvo é um problema amplamente conhecido dos inquéritos de opinião aos alunos. Vários autores (Cardoso, 2009; Powell, Hunt & Irving, 1997; Richardson, 2005)<sup>23</sup> referem a pouca apetência dos estudantes para responder aos inquéritos, mas não apresentam nenhuma proposta para minimizar este problema, que todos parecem concordar ser da máxima importância.

Uma das hipóteses a considerar é tornar o inquérito obrigatório. Esta solução, que foi posta em prática no ano letivo de 2011-12, é também motivo de algumas

---

<sup>23</sup> Autores citados por Cardoso, Amaral, Sarrico, Tavares e Machado (2010).

reservas. Por exemplo, existe o receio de que os alunos preencham o inquérito apenas para cumprir calendário, optando por uma qualquer categoria de resposta, de forma indiferenciada, para todas as questões.

Não deixa de ser interessante, no entanto, constatar que existe um inquérito aplicado a todos os alunos ingressados na universidade, cuja obrigatoriedade se regista há pelo menos 3 décadas, sem que tenha motivado quaisquer dúvidas ou reservas.

Em todo o caso, concordamos que a obrigatoriedade do inquérito coloca questões que não podem ser ignoradas. É imprescindível acompanhar a obrigatoriedade do inquérito com medidas que garantam aos alunos a liberdade de optar por exprimir ou não a sua opinião e ainda permitir que aqueles que não têm uma opinião formada se abstenham. Com esse intuito foi acrescentada a categoria de resposta “sem opinião” que poderá ser usada pelos alunos em qualquer dos casos acima referidos. Entendemos ainda, que os resultados desta aplicação devem ser estudados atentamente, nomeadamente através da análise do comportamento de resposta por respondente, para que possam ser detetados comportamentos anómalos, caso existam. Considero que a obrigatoriedade do inquérito não só não diminui a importância do esclarecimento da população acerca dos objetivos e enquadramento do inquérito, como aumenta a importância dos processos de divulgação pelos quais se opta.

#### **AS QUESTÕES QUE AS QUESTÕES LEVANTAM - A OPINIÃO EM QUESTÃO <sup>24</sup>**

A pergunta do inquérito que origina comentários mais desfavoráveis por parte de alguns docentes é a questão relativa ao domínio e conhecimento da matéria do docente<sup>25</sup>. O argumento usado é o de que os alunos não estão habilitados para se pronunciarem sobre a competência científica dos docentes. Na realidade estes comentários levantam várias questões, que importa clarificar.

A opinião é por definição a formulação de um juízo e como tal o senso comum atribuí-lhe características de subjetividade e de volatilidade. No entanto, a experiência tem possibilitado observar que a opinião de uma dada população sobre

<sup>24</sup> Algumas das ideias aqui expressas beneficiaram de um texto de trabalho da autoria do Professor Doutor José Rodrigues dos Santos, nunca publicado, e no qual pude colaborar, no âmbito do trabalho da Pró-Reitoria para a Avaliação Institucional e Política da Qualidade, à época sob a sua coordenação.

<sup>25</sup> “Partindo da sua experiência, considera que o domínio e conhecimento da matéria pelo docente é:”

um dado objeto, quando recolhida em condições tecnicamente corretas, apresenta uma constância que demonstra que os resultados são robustos. Por exemplo, se comparamos os resultados do inquérito de opinião aos alunos da Universidade de Évora, entre 2009/2010 e 2010/2011, verificamos uma consistência nos resultados obtidos por escola, mantendo-se não só a posição relativa das escolas como o comportamento das respostas obtido nas diferentes aplicações com diferentes populações.

Sendo a opinião um juízo dos indivíduos sobre dado objeto é certo que a vivência de cada indivíduo relativamente ao objeto é determinante para a formação da opinião. No processo de formação da opinião para além dos fatores socioculturais interferem fatores do plano cognitivo e psicológico. Assim este processo complexo só será conhecido se for ele mesmo o objeto de estudo. O que importa aqui clarificar é que a opinião e o modo como ela se forma são dois objetos distintos, que podem ser estudados em conjunto ou em separado.

Do mesmo modo, quanto se estuda a opinião sobre dado objeto apenas se pode ambicionar conhecer o modo como os inquiridos percecionam o objeto em causa e não conhecer o objeto em si.

Assim as dúvidas sobre a legitimidade de interrogar os alunos sobre a competência científica resultam essencialmente de equívocos.

É verdade que no decurso da frequência de uma unidade curricular o aluno deverá adquirir apenas uma pequena parte do conhecimento que o docente deverá dominar para que a possa lecionar, o que implica que o aluno não sabe ainda o que lhe vai ser ensinado e muito menos terá noção do conhecimento que envolve a matéria lecionada. Este facto parece dar razão aos argumentos que contestam a pergunta relativa ao domínio e conhecimento da matéria pelo docente.

No entanto existe outra questão sobre a qual a grande maioria dos alunos também não pode recorrer à sua experiência nem ao conhecimento da realidade em causa e que ainda assim não suscitou reações semelhantes. A questão sobre a adequação do currículo do curso às necessidades da profissão, implica que os alunos saibam qual a profissão que irão exercer após a obtenção do diploma e ainda, quais as competências que serão úteis para o seu exercício. Apenas os casos muito restritos de estudantes trabalhadores cujo objetivo é manterem-se na profissão que já exercem mesmo após a conclusão da formação, podem ter estes elementos. Na realidade, o que é pedido aos alunos é que mediante uma previsão da profissão que irão exercer expressem a opinião relativamente à perceção que têm da

aplicabilidade prática dos conhecimentos transmitidos no curso. Do mesmo modo, quando é perguntado aos alunos qual o domínio e conhecimento da matéria do docente, o que se está a solicitar é que os alunos manifestem a opinião acerca do modo como o docente se relaciona com o seu saber, nomeadamente acerca da percepção da confiança que o docente demonstra relativamente ao seu conhecimento, na sala de aula.

Podemos então perguntar porque é que a questão sobre o domínio e conhecimento da matéria suscita desagrado por parte de alguns docentes e a questão sobre a adequação do currículo do curso ao exercício da profissão não suscita os mesmos comentários, uma vez que ambas sofrem da mesma aparente fragilidade.

Se tivermos presente as opiniões expressas pelos docentes entrevistados por Cheng, segundo as quais a relação de poder entre docentes e alunos reside no facto dos docentes “saberem mais acerca das disciplinas e estarem encarregados de ensinar os conteúdos e dar notas”, Cheng (2010, p.266), temos que levantar a hipótese de que o que torna esta questão tão sensível para o corpo docente é exatamente o facto do domínio científico ser o elemento fundamental do estatuto do docente na academia e da relação de poder entre docentes e alunos. Na realidade esta questão parece ser entendida por alguns docentes como uma ameaça à relação de forças existente entre docentes e alunos.

Poderemos concluir que o foco tem sido colocado na legitimidade de algumas perguntas. O próprio instrumento de recolha da opinião – o inquérito – parece ser considerado uma ameaça para alguns docentes.

Concluimos que o instrumento em causa é pertinente, e embora seja sempre possível melhorá-lo, pensamos que, apesar de recolher opiniões de diferentes naturezas ou estatutos – como da experiência, do exercício prospetivo ou do registo de uma impressão -, o foco deveria ser colocado nas limitações necessariamente existentes para uma correta utilização dos resultados.

Notavelmente e ao contrário de muitas das instituições de ensino superior em Portugal, a Universidade de Évora tem desde 1997 uma equipa técnica dedicada à recolha e tratamento da informação para os processos de avaliação e para o desenvolvimento e implementação dos instrumentos para o Sistema de Garantia da

Qualidade. Acresce a esta equipa a condição de ser parcialmente constituída por sociólogos.

Dentro das limitações inerentes às obrigações contratuais com a instituição, contrapondo naturais pressões dos vários atores, tem sido possível, de acordo com a deontologia da profissão também criteriosamente respeitadas pelos superiores hierárquicos, nomeadamente, cumprir os deveres de anonimato das respostas dos alunos, de defesa da imagem profissional dos docentes objeto de inquérito, de divulgação dos resultados de acordo com as limitações dos instrumentos de recolha, da qualidade dos dados obtidos, etc.. Independentemente do enquadramento, tem sido produzida informação válida sobre a instituição, cuja utilidade é ignorada pela maioria da academia exatamente porque é encarada como um mero meio para cumprir as exigências externas. A produção de informação válida sobre a instituição, como descrição da realidade, constitui-se indiscutivelmente como um legado do processo.

É verdade que os decisores podem implementar políticas incorretas, apoiados em estudos e informação cientificamente e eticamente validos, mas não é possível implementar políticas corretas com base em informação enviesada e estudos cientificamente inválidos.

## 1.5. DISCUSSÃO

César Madureira (2000) na sua descrição da evolução das organizações, e da organização do trabalho, argumenta que apesar das evoluções tecnológicas, a organização do trabalho continua a basear-se na lógica taylorista, separando a conceção do trabalho da sua execução, ou seja, a separação entre a produção de conhecimento e a execução mecânica, sem espaço para a inovação e a criatividade individual. No seu entender, apesar do advento dos modelos antropocêntricos, centrados nas qualificações dos recursos humanos e na gestão participada, as organizações tem preferido incorporar a tecnologia sem alterar a organização do trabalho. Para Madureira este modelo de organização industrial continua a ser transposto para o sistema de ensino. Apesar dos inúmeros modelos que visam a democratização das escolas, o ensino continua a ser repetitivo e mecânico sem espaço para o “pensamento divergente” e a inovação, ou seja, mantem-se “alienante”.

Por seu lado, Jean-Pierre Le Goff (2003), tendo como pano de fundo a França dos finais do século XX e início do século XXI, diz-nos que são exatamente as teorias da gestão e da pedagogia que apregoam a autonomia do indivíduo e diluem a separação entre dirigentes e dirigidos, e entre responsabilidades e atuações, que dão continuidade á lógica taylorista.

Tal como Madureira (2000), Le Goff (2003), apresenta em paralelo, a organização do trabalho e a organização do ensino. Segundo Le Goff (2003), é ao abrigo dos discursos a favor da modernização, da formação, do desenvolvimento tecnológico, da autonomia e da iniciativa, que são criados instrumentos de avaliação de competências. Estes instrumentos decompõem as competências a serem apreendidas na escola e a serem demonstradas no trabalho. O trabalho é assim decomposto em unidades elementares de comportamento, as competências são “parcializadas, codificadas em múltiplas categorias e esquemas”, ficando reduzido a uma “maquinaria funcional” na qual estão incluídas as competências

comportamentais do "saber estar". Esta decomposição das competências é uma representação mecanicista do trabalho humano, que deixou de ser meramente gestual, como no taylorismo, e passou a comportar a "mobilização da inteligência" e do "saber estar" como fatores determinantes da produtividade e da qualidade. "A avaliação reenvia ao indivíduo uma imagem desumanizada de si próprio, reduzindo-o a uma longa lista de itens de competências e de comportamentos que ele é suposto interiorizar", Le Goff (2003, p.130). A esta desumanização acompanhada pelos discursos abstratos sobre a ética, os valores etc., Le Goff chama de doce barbárie.

A autonomia, a avaliação e o contrato de objetivos, enquadram as relações de trabalho. A avaliação torna-se autoavaliação. A interiorização das normas e a livre adesão dos trabalhadores aos contratos de objetivos são as regras de um jogo que produz uma imagem homogênea e consensual da empresa.

Para Le Goff (2003) o discurso da modernização tem um papel dissimulador das diferenças de classes, passando a ideia que todos têm interesse na modernização e garante a dominação das classes dirigentes, salvaguardando assim os seus interesses materiais e simbólicos.

Mas poder-se-á estabelecer a analogia entre a empresa, a escola, e a universidade? Poder-se-á dizer que o taylorismo iniciou-se na indústria, espalhou-se pelas empresas em geral, invadiu a escola e agora entra nas universidades, tendo a sua face visível na avaliação da qualidade do ensino?

Em Le Goff (2003) e Madureira (2000), embora sob pontos de vista diferentes, a analogia entre a empresa e a escola é clara.

Para Madureira (2000) a escola com o seu ensino alienante forma os trabalhadores ajustados à organização do trabalho, aparentemente capazes de assegurar as necessidades de competência técnica e contudo incapazes de questionar. Será possível dizer que a atual preocupação com a empregabilidade das formações universitárias as coloca na posição de formadoras dos trabalhadores para os quais as competências tecnológicas se tornaram de uma exigência superior, mas dos quais também se espera uma passividade que não questiona?

Para Le Goff (2003), a escola, desde tenra idade, convoca os indivíduos a serem autónomos, atores da sua formação, atribuindo-lhes uma responsabilidade sobre o

processo de aprendizagem, que considera, a responsabilidade, desadequada. Em simultâneo a aplicação, na escola, das ferramentas de avaliação de competências adquiridas, que acompanham o indivíduo em todo o processo formativo, favorecem uma perspetiva “utilitarista” da cultura. Assim, o docente torna-se num “prestador de serviços” fornecendo um conjunto de conhecimentos úteis aos alunos, pelo que a qualidade se avalia pelo grau de satisfação dos, agora tendencialmente designados, clientes.

As universidades têm, até agora, conseguido escapar à aplicação cega das ferramentas da gestão para avaliação dos recursos humanos e das organizações, que Le Goff (2003) cruamente descreve. Mas não podemos deixar de nos interrogar sobre se os discursos que justificam a avaliação da qualidade do ensino superior e a implementação dos sistemas de garantia da qualidade institucional, não obedecem à mesma lógica de dissimulação do conflito e domínio da classe dirigente sobre a Universidade. A massificação do ensino superior, tal como a anterior massificação da escola, fez com que a universidade perdesse o seu papel elitista. Assim, será que se tornou, tal como a escola, num instrumento de formação de massas, sendo necessário, na perspetiva da classe dirigente, introduzir nela as características que favorecem a visão utilitarista da cultura, de que fala Le Goff?

Ainda segundo Madureira (2000), a separação da conceção da execução e a lógica económica da competição em detrimento da cooperação, no plano regional e internacional, implicam a polarização dos centros de decisão e de execução, ou seja, a concentração do poder decisório no âmbito inter-regional e internacional, ficando os restantes submetidos às lógicas dos polos dominantes. Poderão então as universidades, submetidas à lógica competitiva de afirmação internacional do ensino superior europeu, ver os recursos para a investigação ser afetos aos centros de excelência, ficando a produção de conhecimento entregue aos polos dominantes, deixando para as restantes apenas a sua transmissão?

Será a boa gestão dos recursos, nomeadamente os financeiros, a garantia da qualidade do “produto” oferecido, a garantia da prestação de contas à sociedade, etc.?

Todos estes argumentos impõem-se como uma evidência, como diz Saarinen (2009, p.79), “...todos preferimos uma qualidade elevada a uma qualidade medíocre”.

Parte dos argumentos que continuam a impulsionar a implementação dos processos de monitorização e garantia da qualidade nas instituições de ensino superior, como

a prestação de contas à sociedade de modo a garantir que os recursos financeiros gastos na educação superior representem um investimento para a sociedade, a garantia de um ensino que proporcione uma boa empregabilidade, estando portanto sujeita às leis do mercado de trabalho, de forma a garantir a satisfação do cliente que vem obter uma certificação profissional, criam um ambiente adverso a uma vivência acadêmica implicada, àqueles que vêm apenas obter um produto certificado, de qualidade garantida. A diminuição do número de anos de duração dos cursos de 1º ciclo para três anos, reduz de forma decisiva o tempo de permanência nas instituições de ensino para a maioria dos alunos, limitando cada vez mais as possibilidades de envolvimento com a academia e conseqüentemente a criação de um sentimento de pertença em relação a ela. Sendo assim, são os argumentos que fundamentam a avaliação e as atuais políticas para o ensino superior que criam as condições para o afastamento dos estudantes da participação na vida da academia. Assim a maioria dos estudantes encontra tanto interesse na participação em inquéritos sobre a sua experiência letiva como a maioria dos cidadãos relativamente ao inquérito telefónico sobre a sua satisfação com os serviços disponibilizados pela sua seguradora.

A temida, por uns, e desejada, por outros, alteração de forças na relação de poder entre docentes e estudantes só seria possível com uma participação efetiva dos estudantes nos processos de avaliação o que só será possível com uma implicação consciente na vida da academia da grande maioria dos estudantes.

O surgimento de um discurso dominante sobre a qualidade do ensino superior, assinalado por Filippakou (2011), assim como a aplicação do paradigma do "cliente rei" (Le Goff, 2003) ao ensino superior, são elementos que deveriam suscitar na comunidade académica, alguma reflexão. No entanto, pensamos que as academias têm agido em reação às exigências externas. Na azáfama de garantir o financiamento cada dia mais curto, as direções empenham-se em cumprir os procedimentos, implementar sistemas, sem procurar neles ferramentas válidas para a construção de um pensamento sobre o ensino superior, ou mesmo sobre a instituição.

## **2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO CURRÍCULO VITAE**

### **2.1. PERCURSO ACADÉMICO**

2000 - Curso de Especialização do Mestrado em Ecologia Humana

1997 - Licenciatura em Sociologia pela Universidade de Évora, com a classificação final de doze valores. Trabalho de fim de curso intitulado "Metodologias de Estudos de Impacte Social de Projetos Estruturantes", realizado em regime de Seminário, na opção de Desenvolvimento e Planeamento, com a classificação de dezasseis valores.

### **2.2. ATIVIDADE PROFISSIONAL**

#### **ESTÁGIO PROFISSIONAL DE 01/02/1998 A 31/10/1998**

Em 1998 iniciei o estágio profissional na então recentemente criada Comissão de Avaliação Institucional - CAI, sob a coordenação do Prof. Doutor José Rodrigues dos Santos.

A Universidade de Évora encontrava-se ainda a elaborar os relatórios de autoavaliação relativos à 5ª fase do 1º ciclo de avaliação, cujo ano objeto de avaliação era 1996/97, nomeadamente os relatórios relativos aos cursos de Engenharia Zootécnica e Sociologia.

No momento o objetivo primordial era responder às necessidades das Comissões de Curso na elaboração dos Relatórios de Autoavaliação, a saber:

- Comissão de curso de Licenciatura em Sociologia – Relatório de autoavaliação enviado à FUP, em 29 de Maio de 1998.

A comissão de curso de sociologia já tinha concebido um questionário e já havia providenciado a sua aplicação aos alunos. A CAI não teve conhecimento dos procedimentos de aplicação do inquérito, tendo sido entregues à comissão apenas um pequeno conjunto de envelopes contendo inquéritos preenchidos. Após a análise destes inquéritos concluiu-se que diziam respeito a um número muito reduzido de unidades curriculares (4), incluindo licenciatura e mestrado, pelo que juntamente com a Comissão de Curso se decidiu que a CAI iria aplicar novamente o inquérito para a licenciatura. Assim foram-me atribuídas as seguintes atividades:

- Reestruturação do formulário do inquérito existente de forma a submeter o seu tratamento ao processo de leitura ótica.

A atividade foi realizada sob a coordenação do Eng.º Lino Lúcio, o que permitiu adquirir vários conhecimentos, como, a utilização de *software* de *design* gráfico, *CorelDraw*, a lógica de funcionamento de um *scanner* de leitura de dados e suas limitações em termos de conceção do *layout*, e ainda, as opções de *design* que permitem um preenchimento mais intuitivo e amigável.

- Aplicação do inquérito de opinião aos alunos;  
Atividade realizada com a equipa da CAI.

Em coordenação com a Comissão de Curso elaborou-se uma amostra das unidades curriculares a inquirir. Pretendeu-se construir uma amostra proporcional, de acordo com os seguintes critérios: unidades curriculares optativas e obrigatórias, do departamento de sociologia e dos outros departamentos que ofereciam unidades curriculares ao curso, de carácter introdutório, específico, teórico e metodológico, estando representadas todas as áreas científicas e todos os anos curriculares.

Na data dos exames finais das unidades curriculares selecionadas reservou-se uma sala contígua à de cada um dos exames. À medida que os alunos saíam do exame eram convidados a preencher o questionário na sala ao lado, onde eram transmitidos os objetivos, o enquadramento institucional, as condições de anonimado das respostas, e as instruções de preenchimento.

- Tratamento dos Inquéritos de opinião aos alunos do Curso de Sociologia
  - Introdução dos dados dos inquéritos através da leitura ótica;  
Esta tarefa foi partilhada com os restantes membros da equipa, de forma rotativa.
  - Depuração de dados;  
Relativamente aos inquéritos aplicados por alguns docentes do curso – levantamento do estado dos dados através de elaboração de uma ficha por envelope de inquéritos e relatório síntese.  
Relativamente aos inquéritos aplicados pela CAI - verificação de todos os códigos de erro produzidos na leitura ótica, através da sua confrontação com o inquérito em papel.
  - Resultados;  
Contagem das frequências de resposta em percentagem, apresentadas em quadros e gráficos.
  - Envio aos docentes envolvidos, dos quadros e gráficos do inquérito aos alunos de sociologia, com o intuito de receber a sua interpretação dos resultados na unidade curricular que lecionavam.
  
- Comissão de curso de Licenciatura em Engenharia Zootécnica – Relatório de autoavaliação enviado à FUP, em 29 de Maio de 1998  
A comissão de curso de zootecnia já havia aplicado o inquérito de opinião aos alunos, utilizando o questionário sugerido no guião de autoavaliação disponibilizado pela FUP. A CAI não teve conhecimento dos procedimentos de aplicação, tendo sido apenas remetidos os inquéritos em suporte papel, já preenchidos.
  
- Tratamento dos Inquéritos de opinião aos alunos do Curso de Engenharia Zootécnica
  - Depuração de dados  
Levantamento do estado dos dados através de elaboração de uma ficha por envelope de inquéritos e relatório síntese.
  - Resultados  
Contagem das frequências de respostas em valores absolutos e em percentagem.  
Para a análise sintética dos resultados foi concebido um índice descritivo do comportamento das respostas. Este índice foi criado em

equipa com a orientação do Prof. Doutor José Rodrigues dos Santos e foi designado Índice-Média.

Elaboração de tabelas e gráficos, análise e comentário dos resultados.

O ano letivo de 1997/98 foi o ano objeto da 6ª fase do 1º ciclo de avaliação estando em processo de autoavaliação os cursos de Educadores de Infância, Professores de 1º ciclo do Ensino Básico, Engenharia de Processos e Energia, Engenharia de Recursos Geológicos, Engenharia de Recursos Hídricos e História ramo Património Cultural.

- Neste âmbito estive envolvida no apoio às Comissões de Curso das Licenciaturas em Engenharia de Recursos Geológicos, Engenharia de Recursos Hídricos e Engenharia de Processos e Energia.

- Aplicação do inquérito de opinião aos alunos

Atividade realizada em conjunto, com a equipa da CAI.

De forma a minorar a morosidade do processo de introdução das respostas ao questionário em computador para posterior tratamento, e os erros decorrentes desse processo, procurou-se um suporte alternativo ao papel. Assim, decidiu-se aplicar o questionário em suporte informático. Sendo a primeira vez que este processo foi experimentado na Universidade de Évora, a então Comissão de Avaliação Institucional decidiu proceder a uma fase de teste de todo o dispositivo de aplicação, e especialmente do programa informático.

Esta aplicação decorreu nas salas de informática do Pólo da Mitra (3 computadores) e no Palácio do Vimioso (4 computadores), de 1 a 5 de Junho, e a divulgação do questionário foi efetuada através da afixação de cartazes.

O questionário foi apresentado em suporte informático, através do programa Access 97. Os alunos acediam a um formulário de preenchimento do questionário, onde selecionavam o curso a que pertenciam. O formulário apresentava alguns campos pré-preenchidos, nomeadamente, o nome do curso, da unidade curricular (inalteráveis) e dos respetivos docentes (que permitia a alteração, de forma a contemplar situações como a substituição de docentes na lecionação das unidades curriculares).

Visto que o resultado do teste foi positivo, as respostas recolhidas durante esta fase, foram utilizadas.

Na 2ª fase, o Inquérito de Opinião aos Alunos foi aplicado na época de exames durante os meses de Junho e Julho de 1998.

A divulgação do questionário foi efetuada através da afixação de cartazes, distribuição de panfletos e através do contacto direto com a população alvo, nas salas onde iriam ser efetuados os exames, antes do seu início. Depois de apresentar o contexto da aplicação do questionário ao docente responsável e de obter o seu consentimento, alguns elementos da equipa da Comissão de Avaliação Institucional dirigiam-se aos Alunos. A apresentação focava os seguintes pontos: o enquadramento do Inquérito na avaliação do curso e o envolvimento de sociólogos da equipa técnica responsável pela aplicação do questionário e tratamento dos seus resultados, como garantia do anonimato das respostas e da confidencialidade dos dados individuais, no respeito das regras deontológicas da profissão.

O questionário foi igualmente apresentado em suporte informático, através do programa Access 97. Para o efeito, os alunos dirigiam-se à sala de informática dos edifícios onde se procedeu à aplicação. Nessas salas existiam vários computadores especialmente preparados para o efeito (Colégio Espírito Santo – 12 computadores, Colégio António Luís Verney – 8 computadores e Palácio do Vimioso – 4 computadores), e elementos da equipa técnica com a função acompanhar e esclarecer as dúvidas dos respondentes. O preenchimento do questionário funcionou de forma idêntica à descrita na primeira fase de aplicação.

Na aplicação segundo esta modalidade ressaltaram as seguintes debilidades:

- Nas horas de maior afluência de Alunos às salas de informática, o número de computadores disponíveis para o preenchimento do questionário era insuficiente (nomeadamente no Colégio António Luís Verney e no Palácio do Vimioso), o que levava muitos indivíduos a sair sem responder;
- Alguns alunos mostravam grandes dificuldades em utilizar o computador (estávamos em 1998), o que os levava a desistirem perante o sistema de preenchimento, ou a demorarem mais tempo que o previsto, congestionando o fluxo de utilizadores.

Uma vez que o número de respostas obtido foi reduzido, a então já Pró-Reitoria da Avaliação Institucional e Política da Qualidade, após apresentar esta situação à Comissão de Curso, sugeriu uma nova fase de aplicação, que aconteceu nos dias 12, 13 e 14 de Novembro de 1998.

Na 3ª fase, foi previamente realizado um trabalho de sensibilização junto dos alunos, pelos elementos da equipa técnica da Pró-Reitoria, à semelhança do trabalho efetuado durante a 2ª fase: afixação e distribuição de cartazes e contacto direto com a população alvo.

Nesta fase, o questionário foi apresentado em suporte de papel, sendo tudo resto executado à semelhança das fases anteriores.

Na data dos exames finais das unidades curriculares selecionadas reservou-se uma sala contígua à de cada exame. À medida que os alunos saíam do exame eram convidados a preencher o questionário na sala ao lado, onde eram transmitidos os objetivos, o enquadramento, as condições de anonimado das respostas, e as instruções de preenchimento.

- Recolha e disponibilização de informação necessária ao relatório de autoavaliação
  - Distribuição do guião para a autoavaliação, atualização de prazos e procedimentos recomendados pela FUP;
  - Elaboração e divulgação de uma lista de verificação dos elementos necessários à realização do relatório de autoavaliação.

- Reformulação do Inquérito de Opinião aos Alunos.

A reformulação do inquérito de Opinião aos Alunos foi realizada em equipa, sob a coordenação do Prof. Doutor José Rodrigues dos Santos e consistiu numa reestruturação do conteúdo do inquérito, nas partes referentes à unidade curricular e ao docente, através da clarificação do enunciado, do desdobramento de algumas das perguntas, da alteração da ordem de apresentação e da eliminação e introdução de novas perguntas.

Como instrumento de trabalho de base, utilizou-se o questionário de opinião aplicado aos alunos da Licenciatura em Sociologia, no âmbito do processo de autoavaliação, relativo ao ano letivo de 1996/97.

A conceção do impresso do novo questionário para a leitura ótica das respostas foi-me atribuída. Realizou-se em colaboração com os serviços de reprografia da Universidade de Évora.

Os procedimentos de aplicação do inquérito foram alterados, deixando as comissões de curso de aplicar o inquérito e passando essa responsabilidade para a Pró-Reitoria. A aplicação foi sempre efetuada com o acordo das comissões de curso. No entanto, na distribuição, acompanhamento ao preenchimento e recolha dos questionários, interferiam apenas colaboradores da Pró-Reitoria, equipa na qual participei.

- Apoio às comissões de curso no âmbito da avaliação externa dos cursos. Tratavam-se de comissões de curso que tinham efetuado o relatório de autoavaliação anteriormente à constituição desta equipa, nomeadamente, as comissões dos cursos de Ensino de História, cujo ano objeto tinha sido 1994/1995 - 3ª fase do 1º ciclo, Arquitetura Paisagista e Engenharia Biofísica, cujo ano objeto tinha sido 1995/1996 - 4ª fase do 1º ciclo.
- Recolha, organização da informação a disponibilizar à Comissão de Avaliação Externa:
  - Leitura crítica do Relatório de Autoavaliação e respetivas sugestões de complementarização, face à informação exigida pelo guião para a autoavaliação;
  - Atualização da informação do Relatório de Autoavaliação, nomeadamente no que concerne aos relatórios de unidade curricular e aos documentos de síntese;
  - Sistematização dos documentos anexos ao Relatório de Autoavaliação e organização da apresentação da documentação a disponibilizar durante a visita da Comissão de Avaliação Externa.
- Preparação das Visitas Institucionais das Comissões de Avaliação Externa. Preparação de toda a logística da visita, nomeadamente:
  - Mediação entre a FUP, as Comissões de Curso e os Conselhos de Departamentos envolvidos, para a definição do programa e datas da visita.
  - Marcação de salas para reuniões, e elaboração dos convites/convocatórias para as reuniões.
  - Marcação de Jantar, e elaboração de convites.

- Organização do seminário internacional Avaliação das Universidades: Problemáticas e Metodologias, realizado na Universidade de Évora, em 15 e 16 de Junho de 1998.

Esta atividade foi efetuada em equipa e constou na preparação de toda a logística necessária à realização do seminário.

- Elaboração e envio de convites aos oradores;
- Marcação de salas para acolher e garantia das condições audiovisuais necessárias aos diferentes participantes;
- Elaboração dos convites para a participação das entidades académicas;
- Organização do almoço, e elaboração e envio dos respetivos convites.

- Apoio à Fundação das Universidades Portuguesas – FUP, na organização do curso de formação em Avaliação das Instituições do Ensino Superior, por ela promovido, e realizado em 28 e 29 de Setembro na Universidade de Aveiro e em 8 e 9 de Outubro na Universidade de Évora.

Esta atividade foi efetuada em equipa e consistiu na preparação de toda a logística necessária à realização do evento na Universidade de Évora.

- Marcação de salas para acolher o curso;
- Elaboração dos convites para a participação das entidades académicas;
- Organização do almoço, e elaboração e envio dos respetivos convites.

#### **COLABORAÇÃO NA PRÓ-REITORIA EM REGIME DE RECIBOS VERDES E AJUSTE DIRETO 01/11/1998 A 31/03/2002**

##### 1999

No ano de 1999, deu-se continuidade aos processos de autoavaliação dos cursos de Educação Pré-escolar, Professores de 1º ciclo do Ensino Básico, Engenharia de Processos e Energia, Engenharia de Recursos Geológicos, Engenharia de Recursos Hídricos e História ramo Património Cultural.

- Neste âmbito estive envolvida no apoio às Comissões de Curso das Licenciaturas em Engenharia de Recursos Geológicos, Engenharia de Recursos Hídricos e Engenharia de Processos e Energia.
- Resultados do Inquérito de Opinião aos Alunos  
Contagem das frequências de respostas em valores absolutos e em percentagem.  
Elaboração de tabelas e gráficos, análise e comentário dos resultados.
- Recolha e disponibilização de informação
  - Elaboração e divulgação de uma lista de verificação dos elementos necessários à realização do relatório de autoavaliação;
  - Levantamento do estado de atualização da base de dados relativa aos relatórios de unidade curricular e comunicação dos respetivos relatórios;
  - Disponibilização de informação necessária à elaboração dos relatórios de autoavaliação - taxas de aprovação por disciplina, número de inscritos, de aprovados e de reprovados;
  - Análise dos relatórios de autoavaliação e sugestão de melhorias de acordo com os guiões de autoavaliação e avaliação externa.
  - Organização de informação anexa aos relatórios de autoavaliação para enviar à Fundação das Universidades Portuguesas: organização de pastas com a informação relativa aos relatórios de unidade curricular - Programa, Bibliografia e Relatório de lecionação.
- Apoio às comissões de curso no âmbito da avaliação externa dos cursos.  
No 1º ciclo de avaliação os processos não decorriam todos ao mesmo ritmo, pelo que em 1999 os cursos em processo de avaliação externa pertenciam a fases distintas do ciclo de avaliação e durante a autoavaliação tinham tido diferentes tipos de apoio da Pró-Reitoria para a Avaliação Institucional e Política da Qualidade (P-RAI) na elaboração dos respetivos relatórios.  
Dois dos cursos tinham efetuado o relatório de autoavaliação anteriormente à constituição da equipa da CAI que posteriormente integrou a P-RAI, pelo que não beneficiaram de qualquer apoio desta estrutura, nomeadamente, as Comissões dos cursos de licenciatura em Gestão de Empresas e em Ensino de

Física e Química, ambas da 2ª fase do 1º ciclo de avaliação, cujo ano objeto é 1994/1995.

Três dos cursos pertenciam à 5ª fase do 1º ciclo de avaliação, ano objeto de 1996/1997, e já tinham iniciado o processo de autoavaliação quando foi constituída esta equipa. Como ainda não tinham concluído o processo foram apoiadas de acordo com as necessidades que apresentavam na altura. A este conjunto pertencem as Licenciaturas em Engenharia Agrícola, Engenharia Zootécnica e em Sociologia.

Os restantes cinco cursos pertenciam à 6ª fase do 1º ciclo de avaliação, ano objeto 1997/1998, e todas elas tiveram à disposição o apoio da P-RAI (então CAI), para a realização do relatório de autoavaliação. Por razões diversas nem todas as Comissões quiseram o mesmo tipo de apoio e este foi prestado na medida do interesse demonstrado. A este grupo pertenciam os cursos de Licenciatura em Engenharia de Recursos Geológicos, Engenharia de Recursos Hídricos, Engenharia de Processos e Energia e os Bacharelatos em Educadores de Infância e Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Apesar das diferentes circunstâncias em que decorreram os períodos de autoavaliação dos cursos, a P-RAI disponibilizou a todas as comissões de cursos os seguintes apoios, nos quais participei em conjunto com os restantes membros da equipa:

- Recolha, organização da informação a disponibilizar à Comissão de Avaliação Externa - CAE:
  - Divulgação do Guião para a Avaliação Externa;
  - Elaboração e divulgação de uma lista de elementos necessários à preparação da Visita da CAE;
  - Atualização da informação do relatório de autoavaliação, nomeadamente, recolha dos relatórios de unidade curricular atualizados e elaboração de documentos de síntese;
  - Sistematização dos documentos e organização da apresentação da documentação a disponibilizar.
  
- Preparação das Visitas Institucionais das Comissões de Avaliação Externa. Preparação de toda a logística da visita, nomeadamente:

- Mediação entre a FUP, as Comissões de Curso e os Conselhos de Departamentos envolvidos, para a definição do programa e datas da visita.
- Marcação de salas para reuniões, e elaboração dos convites/convocatórias.
- Marcação de Jantar, e elaboração de convites

Na sequência das visitas das Comissões de Avaliação Externa estas elaboravam um relatório que remetiam à Universidade contendo a apreciação relativamente ao curso avaliado e as respetivas recomendações com vista à sua melhoria. Em 1999, a Universidade de Évora recebeu os relatórios relativos à avaliação externa dos cursos de Licenciatura em Ensino de Biologia e Geologia, Arquitetura Paisagista, Engenharia Biofísica, Ensino de História e Ensino de Português e Inglês.

- Preparação da Resposta da Universidade aos Relatórios das CAE:
  - Divulgação do Relatório da CAE às diversas entidades e solicitação de pareceres;
  - Recolha dos pareceres e elaboração de síntese de forma a permitir ao Pró-Reitor elaborar a resposta da Universidade de Évora à Comissão de Avaliação Externa.

## 2000

A experiência adquirida no acompanhamento dos processos de autoavaliação nos anos anteriores, evidenciava que estes processos exigiam um grande esforço na recolha de informação, necessária para dar cumprimento aos requisitos dos Guiões emanados pela FUP. Neste sentido, o Pró-Reitor considerou necessário criar, em colaboração com os Serviços de Computação, condições para que os dados fossem preenchidos e disponibilizados *on-line*, passando a integrar o sistema de informação da Universidade de Évora.

- Desenvolvimento dos instrumentos para a avaliação.
  - Conceção de um novo formulário para os Relatórios de Unidade Curricular. Elaboração do levantamento da informação necessária ao preenchimento do novo Guião para a autoavaliação. Definição dos campos e dos responsáveis pela validação da informação.

- Acompanhamento da elaboração das aplicações e layouts.  
Testes às funcionalidades introduzidas e análise da fiabilidade da informação disponibilizada.

Colaboração no estudo para a identificação e localização das principais causas do insucesso escolar e elaboração de uma proposta de medidas concretas de combate ao insucesso escolar.

- Estudo sobre o Insucesso Escolar

A minha participação neste estudo resultou no tratamento estatístico dos dados fornecidos pelos Serviços Académicos e Serviços de Computação. Tratava-se de uma grande quantidade de informação, que nunca tinha sido analisada e cuja fiabilidade era frágil. Este facto obrigou a uma exaustiva análise dos dados para deteção das suas incongruências e posterior comunicação aos Serviços de Computação, para que estes as confirmassem, procedendo então à sua correção ou à sua explicação, nos casos em que aquelas eram aparentes e não confirmavam erros nos dados. Apesar das inúmeras dificuldades que se nos apresentaram foi possível apresentar os seguintes elementos:

- Taxas de reprovação para os anos de 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997, por disciplina, por curso e departamento.
- Taxas de desistência dos alunos ingressados na UÉ em 1993, 1994, 1995 e 1996

No ano letivo de 1999/2000 iniciou-se o 1º ano do 2º ciclo de avaliação, sendo este o ano objeto para a autoavaliação dos cursos. Na Universidade de Évora os cursos que se encontravam em condições de ser avaliados – ter dois anos de diplomados, ter sido avaliado no 1º ciclo e ter o processo do 1º ciclo concluído e ainda pertencer às áreas de formação definidas pela FUP, a saber, Ciências da Vida, Ensino e Formação em Ciências da Vida, Matemáticas e Estatísticas, Ensino e Formação em Matemáticas e Estatísticas, Mecânica, Eletrotecnia e Energia, História e Filosofia e Ensino e Formação em História e Filosofia – eram os cursos de Licenciatura em Biologia, Ensino de Biologia e Geologia, Ensino de Matemática e Matemática Aplicada. Neste contexto, as minhas atribuições no processo de autoavaliação destes cursos foram as seguintes:

- Apoio às comissões dos cursos em avaliação.
  - Lista de verificação para elaboração do relatório de autoavaliação

Para o 2º ciclo de avaliação a FUP emitiu um novo guião para os relatórios de autoavaliação. A fim de facilitar o trabalho de todos os envolvidos no processo elaborei uma lista que sistematiza as informações relevantes para o cumprimento de cada item do novo Guião, nomeadamente:

- Dados - identificando exatamente a que informação se refere cada item do guião;
  - Tipo de dados - classificando a informação como permanente ou de atualização, para que os envolvidos pudessem preparar as atualizações necessárias no momento de avaliação externa;
  - Fonte - identificando qual é a entidade que detém a informação oficial com qualidade;
  - Entidade Responsável pela execução da tarefa - Equipa Técnica da P-RAI / Comissão de Curso.
- 
- Aplicação do inquérito de opinião aos alunos  
O inquérito foi aplicado, nas condições e termos a seguir explicitados, aos alunos dos cursos em avaliação e tinha por objeto as unidades curriculares que os alunos haviam frequentado no ano letivo de 1999/2000.
    - Divulgação e sensibilização da população alvo:  
Realizaram-se reuniões com os representantes dos alunos no Conselho Pedagógico e com a Associação de Estudantes onde se solicitou a colaboração dos representantes estudantis na divulgação e sensibilização dos alunos dos cursos para o processo.  
Procedeu-se também à divulgação do questionário através da afixação de cartazes, distribuição de panfletos e contacto direto com os alunos em algumas aulas dos cursos em avaliação, depois de obter o consentimento do docente presente.
    - Datas e locais de aplicação:  
Realizou-se apenas uma fase de aplicação, na época de inscrição do ano letivo subsequente ao ano de referência da avaliação, entre 2 de outubro e 10 de novembro de 2000. O Edifício de Santo Agostinho foi o local escolhido em função da sua proximidade aos Serviços Académicos e à sala de pagamento do seguro escolar.
    - Procedimentos de aplicação:  
O inquérito foi administrado em suporte papel e concebido para a leitura ótica das respostas. Os alunos dirigiam-se a uma sala onde lhes eram distribuídos o formulário do questionário, a folha de

instruções de preenchimento e uma tabela onde constavam os nomes e códigos das unidades curriculares e dos respetivos docentes.

Os alunos preenchiem o questionário na sala de aplicação, de forma a poderem esclarecer as dúvidas que eventualmente surgissem.

Depois de preencherem o questionário os alunos entregavam-no a um elemento da equipa de aplicação<sup>26</sup> que assinalava (na presença do aluno) a entrega do questionário na lista de alunos inscritos no curso, e atribuía o número de ordem ao questionário. Deste modo, não era possível aos alunos responderem ao questionário mais do que uma vez e qualquer indivíduo estranho ao curso seria detetado, tornando-se possível anular o respetivo questionário. O anonimato das respostas continuava a estar garantido uma vez que não é possível estabelecer qualquer relação entre os questionários preenchidos e a lista de alunos inscritos.

- Tratamento dos Inquéritos de opinião aos alunos
  - Leitura ótica dos dados no scanner e transferência para folha de cálculo Excel. Esta tarefa foi coordenada por mim e efetuada por alunos tarefeiros.
  - Depuração de dados:  
Verificação de todos os códigos de erro produzidos na leitura ótica, através da sua confrontação com o inquérito em papel.
  - Resultados:  
Todos os questionários foram convertidos em tabelas de frequências absolutas de resposta. Assim, para cada unidade curricular foram elaboradas tabelas e gráficos com todas as questões, para as duas partes do questionário – unidade curricular e docente.  
Para a análise do comportamento das respostas, procedeu-se à elaboração do Índice-Média, com vista à descrição sintética da opinião dos inquiridos.

---

<sup>26</sup> A equipa de aplicação foi constituída por mim própria, outros membros da equipa da P-RAI, que se revezavam de modo a compatibilizar as outras tarefas com esta aplicação, e ainda alunos tarefeiros contratados através do Núcleo de Apoio ao Estudante e aos quais era ministrada uma pequena formação para poderem responder às duvidas colocados pelos inquiridos e cumprirem os procedimentos de aplicação previamente estabelecidos.

De modo a visualizar o comportamento das opiniões em relação às duas partes do questionário, procedeu-se à representação gráfica das frequências absolutas de resposta, da seguinte forma:

- Cada unidade curricular em relação a todas as questões;
- Cada par docente/unidade curricular, em relação a todas as questões;

## 2001

Em 2000/2001 iniciou-se o 2º ano do 2º ciclo de avaliação, sendo este o ano letivo objeto para a autoavaliação dos cursos. Na Universidade de Évora os cursos que se encontravam em condições de ser avaliados e pertenciam às áreas de formação definidas pela FUP - Química e Processo, Produção Vegetal e Animal, Informática, Ensino e Formação em Cultura, Línguas, Literatura e Linguística, Gestão e Administração – eram os cursos de Licenciatura em Engenharia Zootécnica, Engenharia Agrícola, Ensino de Português e Inglês, Ensino de Português e Francês e Gestão de Empresas. As minhas atribuições no processo de autoavaliação destes cursos foram as seguintes:

- Apoio às comissões dos cursos em avaliação.
  - Aplicação do inquérito de opinião aos alunos  
O inquérito foi aplicado, nas condições e termos a seguir explicitados, aos alunos dos cursos em avaliação e tinha por objeto as unidades curriculares que os alunos haviam frequentado no ano letivo de 2000/2001.
    - Divulgação e sensibilização da população a inquirir:  
Realizaram-se reuniões com os representantes dos alunos no Conselho Pedagógico e com a Associação de Estudantes onde se solicitou a colaboração dos representantes estudantis na divulgação e sensibilização dos alunos para o processo.  
Envio de mensagem eletrónica aos Diretores dos Cursos em processo de avaliação, solicitando que os docentes que lecionassem unidades curriculares aos cursos em avaliação informassem os seus alunos do processo de inquérito que iria decorrer.  
Tal como no ano anterior procedeu-se também à divulgação do questionário através da afixação de cartazes e distribuição de panfletos.

- Datas e locais de aplicação:  
Realizaram-se quatro fases de aplicação.
  - (i) A primeira fase teve como objeto as unidades curriculares semestrais do semestre ímpar. Realizou-se entre 5 e 21 de março, coincidindo com a época de inscrição nas unidades curriculares do semestre par, e decorreu nos edifícios de Santo Agostinho (sala 4), Colégio Luís António Verney (sala 138), Mitra (anel, sala 202) e Colégio do Espírito Santo (sala 129), locais escolhidos pela sua proximidade aos Serviços Académicos (onde se efetuavam as inscrições) e às salas onde decorriam a maioria das aulas das licenciaturas.
  - (ii) A segunda fase constituiu um reforço da primeira tendo sido aplicada aos alunos de todos os cursos em autoavaliação, excetuando-se os de Ensino de Português e Francês cuja taxa de resposta não justificava o reforço à primeira fase. Realizou-se entre 17 de abril e 23 de maio, em salas onde decorriam aulas dos cursos em avaliação.
  - (iii) A terceira fase teve como objeto as unidades curriculares anuais e semestrais de semestre par, tendo sido dada a possibilidade de responderem às unidades curriculares semestrais do semestre ímpar aos alunos que não tinham respondido ao questionário nas fases de inquérito anteriores. Realizou-se entre 7 e 22 de junho, e decorreu nos edifícios do Cordovil (sala 129), Colégio Luís António Verney (sala 138) e Colégio do Espírito Santo (sala 124), locais escolhidos pela sua proximidade às salas onde decorriam a maioria das aulas das licenciaturas.
  - (iv) A quarta fase constituiu um reforço da terceira, tendo sido aplicada aos alunos de todos os cursos em avaliação. Realizou-se entre 2 e 21 de julho, em salas contíguas às salas onde decorriam provas de avaliação ou nas próprias salas onde decorriam as provas de avaliação.
- Procedimentos de aplicação:  
Tal com no ano anterior o inquérito foi administrado em suporte papel, concebido para a leitura ótica das respostas. Os procedimentos de aplicação utilizados no ano anterior mantiveram-se nas quatro fases de aplicação. Na sala de aplicação eram entregues: o formulário do questionário, a folha de instruções de

preenchimento e uma tabela onde constavam os nomes e códigos das unidades curriculares e dos respetivos docentes. Os alunos preenchiam o questionário na sala de forma a poderem esclarecer as dúvidas que eventualmente surgissem. Depois de preencher o questionário os alunos entregavam-no a um elemento da equipa de aplicação<sup>27</sup> que assinalava (na presença do aluno) a entrega do questionário na lista de alunos inscritos no curso, e atribuía um número ao questionário. Deste modo, não era possível aos alunos responderem ao questionário mais do que uma vez e qualquer indivíduo estranho ao curso seria detetado, tornando-se possível anular o respetivo questionário. O anonimato das respostas continuava a estar garantido, uma vez que não é possível estabelecer qualquer relação entre os questionários preenchidos e a lista de alunos inscritos.

Verificaram-se, nas várias fases de aplicação, diferenças no modo de contacto entre os inquiridos e a equipa de aplicação, a saber:

- (i) Na primeira fase os alunos dirigiam-se à sala de aplicação previamente divulgada;
- (ii) Na segunda fase, de reforço à primeira, a PRAI solicitou às Comissões dos cursos em avaliação que alguns docentes disponibilizassem parte do tempo letivo de uma aula para que a equipa de aplicação se deslocasse à sala e possibilitasse assim o preenchimento do inquérito aos alunos presentes, que ainda não o tivessem feito. Efetuaram-se aplicações em pelo menos uma sala de aula de cada ano curricular dos cursos em avaliação, de forma a obter respostas de alunos de todos os anos;
- (iii) Na terceira, tal como na primeira fase, os alunos dirigiam-se à sala de aplicação previamente definida;
- (iv) Na quarta fase, de reforço à terceira, a P-RAI solicitou a alguns dos docentes que no início das provas de avaliação a equipa de aplicação pudesse explicar aos alunos que poderiam responder ao questionário no fim da prova, numa sala contígua à sala onde se encontravam ou, distribuir previamente os inquéritos aos alunos (formulário do questionário, a folha de instruções de

---

<sup>27</sup> A equipa de aplicação foi constituída por mim própria e alunos tarefeiros contratados através do Núcleo de Apoio aos Estudante e aos quais era ministrada uma pequena formação para poderem responder às duvidas colocadas pelos inquiridos e cumprirem os procedimentos de aplicação previamente estabelecidos.

preenchimento e uma tabela onde constavam os nomes e códigos das unidades curriculares e dos respectivos docentes) e recolhê-los no termo da prova, podendo os alunos responder ao inquérito na sala onde decorria a prova de avaliação, depois de a terem concluído. Utilizando estas duas opções, efetuaram-se aplicações em provas de todos os anos curriculares dos cursos em avaliação, de forma a obter respostas de alunos de todos os anos.

- Tratamento dos Inquéritos de opinião aos alunos
  - Leitura ótica dos dados no scanner e transferência para folha de cálculo Excel. Esta tarefa foi coordenada por mim e efetuada por alunos tarefeiros.
  - Depuração de dados:  
Verificação de todos os códigos de erro produzidos na leitura ótica, através da sua confrontação com o inquérito em papel.
  - Resultados:  
Todos os questionários foram convertidos em tabelas de frequências absolutas de resposta. Assim, para cada unidade curricular foram elaboradas tabelas e gráficos com todas as questões, para as duas partes do questionário – Unidade curricular e Docente.  
Para análise do comportamento das respostas, procedeu-se à elaboração do Índice-Média com vista à descrição sintética da opinião dos inquiridos. Na sequência desta análise, considerou-se útil proceder ainda ao cálculo de duas médias, a saber:
    - Com o objetivo de descrever as opiniões dos alunos para as duas partes do questionário, calculou-se a média dos valores do Índice-Média de todas as questões para cada uma das unidades curriculares e para cada um dos docentes;
    - Com o objetivo de descrever as opiniões dos alunos para cada uma das questões relativamente a todas as unidades curriculares e a todos os docentes, calculou-se a média dos valores do Índice-Média de todas as unidades curriculares e de todos os docentes para cada questão.

Procedeu-se ainda ao cálculo dos desvios-padrão, com o objetivo de analisar a dispersão da opinião dos inquiridos em relação a cada uma das médias acima descritas.

De modo a visualizar o comportamento das opiniões em relação às duas partes do questionário, procedeu-se à representação gráfica dos valores do Índice-Média e da média, da seguinte forma:

- Cada disciplina, em relação a todas as questões;
  - Cada questão da parte relativa à disciplina, em relação a todas as unidades curriculares;
  - Docentes, agrupados pela unidade curricular que lecionam, em relação a todas as questões;
  - Cada questão da parte relativa ao docente, em relação a todos os docentes.
- 
- Comentário dos resultados do Inquéritos de opinião aos alunos.  
Seguindo a estrutura de tratamento dos dados efetuou-se uma análise comparativa da opinião dos alunos sobre cada unidade curricular em relação a todas as questões, uma análise comparativa da opinião dos alunos sobre cada questão em relação a todas as unidades curriculares, uma análise comparativa da opinião dos alunos sobre cada docente em relação a todas as questões e uma análise comparativa da opinião dos alunos sobre cada questão em relação a todos os docentes.

## 2002

Em 2001/2002 teve início o 3º ano do 2º ciclo de avaliação, sendo este o ano letivo objeto para a autoavaliação dos cursos. Na Universidade de Évora os cursos que se encontravam em condições de ser avaliados e pertenciam às áreas de formação definidas pela FUP - Arquitetura e Planeamento Urbano, Ciência Física, Minas e Extração, Ensino e Formação de Ciência Física, Proteção Ambiental e Veterinária – eram os cursos de Licenciatura em Arquitetura Paisagista, Ciências do Ambiente, Engenharia Biofísica, Engenharia de Recursos Geológicos, Engenharia de Recursos Hídricos e Ensino de Física e Química. As minhas atribuições no processo de autoavaliação destes cursos foram as seguintes:

- Apoio às comissões dos cursos em avaliação.

- Aplicação do inquérito de opinião aos alunos  
O inquérito foi aplicado, nas condições e termos a seguir explicitados, aos alunos dos cursos em avaliação e tinha por objeto as unidades curriculares que os alunos haviam frequentado no ano letivo de 2001/2002.
  - Divulgação e sensibilização da população a inquirir:  
Para a primeira fase de aplicação a P-RAI procedeu à afixação de cartazes nos edifícios da Universidade onde são lecionadas aulas aos cursos em avaliação. Enviou uma mensagem eletrónica aos Diretores dos cursos em processo de avaliação, onde solicitou que os docentes que lecionassem unidades curriculares aos cursos em avaliação informassem os seus alunos do processo de inquérito.  
Como se alterou a metodologia de aplicação na segunda fase a P-RAI efetuou uma reunião de esclarecimento e divulgação do novo método de aplicação do inquérito, para a qual convidou os Diretores das Comissões de Curso, os representantes dos alunos no Conselho Pedagógico, os representantes das estruturas estudantis existentes nos vários cursos em avaliação e a Associação de Estudantes.
  - Datas e locais de aplicação:  
Realizaram-se duas fases de aplicação.
    - (i) A primeira fase teve como objeto as unidades curriculares semestrais do semestre ímpar. Realizou-se entre 25 de fevereiro e 15 de março, no edifício do Colégio Luís António Verney (átrio do multibanco), local escolhido em função da sua proximidade às salas onde decorriam a maioria das aulas dos cursos em processo de avaliação.
    - (ii) A segunda fase teve como objeto as unidades curriculares anuais e semestrais de semestre par. Realizou-se entre 5 e 18 de junho, nas aulas escolhidas pelos docentes.
  - Procedimentos de aplicação:  
Tal como nos anos anteriores o inquérito foi administrado em suporte papel concebido para a leitura ótica das respostas. Os procedimentos de aplicação utilizados anteriormente mantiveram-se apenas na primeira fase de aplicação. Eram entregues aos alunos o formulário do questionário, a folha de instruções de preenchimento e uma tabela onde constavam os nomes e códigos das unidades curriculares e dos respetivos docentes. Depois de preencherem o questionário, os alunos entregavam-no a um elemento da equipa de

aplicação<sup>28</sup> que assinalava (na presença do aluno) a entrega do questionário na lista de alunos inscritos no curso, e atribuía um número ao questionário. Deste modo, não era possível aos alunos responderem ao questionário mais do que uma vez e qualquer indivíduo estranho ao curso seria detetado, tornando-se possível anular no momento o respetivo questionário. O anonimato das respostas continuava a estar garantido, uma vez que não é possível estabelecer qualquer relação entre os questionários preenchidos e a lista de alunos inscritos.

Na segunda fase de aplicação os procedimentos de aplicação foram alterados. A P-RAI enviou para os departamentos envolvidos no curso um envelope para cada unidade curricular<sup>29</sup> a inquirir, contendo questionários.

Os departamentos distribuíram os envelopes pelos docentes que, com a colaboração de um representante da turma efetuavam a aplicação do inquérito, numa das aulas lecionadas no período de aplicação previamente definido pela P-RAI. Após o preenchimento dos questionários e sua colocação nos envelopes, estes eram selados e assinados pelo docente e aluno que efetuavam a aplicação, sendo de seguida entregues em locais também previamente especificados pela P-RAI.

De forma a garantir a qualidade dos dados obtidos, todos os envelopes enviados continham instruções detalhadas de aplicação do inquérito, instruções de preenchimento dos questionários e questionários previamente numerados. No exterior de cada envelope foi impresso um quadro contendo todas as informações necessárias à sua correta distribuição, identificação do seu conteúdo, locais de entrega e posterior verificação da correta aplicação do inquérito.

- Tratamento dos Inquéritos de opinião aos alunos
  - Leitura ótica dos dados no scanner e transferência para folha de cálculo Excel. Esta tarefa foi coordenada por mim e efetuada por alunos tarefeiros.

<sup>28</sup> Tal como nos anos anteriores a equipa de aplicação foi constituída por mim própria e alunos tarefeiros contratados através do Núcleo de Apoio aos Estudante e aos quais era ministrada uma pequena formação para poderem responder às duvidas colocadas pelos inquiridos e cumprirem os procedimentos de aplicação previamente estabelecidos.

<sup>29</sup> Como todas as unidades curriculares que obtinham menos de dez respostas não eram tratadas não fazia sentido aplicar o inquérito a unidades curriculares com um número de inscritos inferior a dez, pelo que não foram enviados envelopes.

- Depuração de dados:  
Verificação de todos os códigos de erro produzidos na leitura ótica, através da sua confrontação com o inquérito em papel.
- Resultados:  
O tratamento dos dados seguiu a metodologia adotada no ano anterior, uma vez que se considerava importante manter a comparabilidade dos resultados. Todos os questionários foram convertidos em tabelas de frequências absolutas de resposta. Assim, para cada unidade curricular foram elaboradas tabelas e gráficos com todas as questões, para as duas partes do questionário – Unidade curricular e Docente.  
Para análise do comportamento das respostas, procedeu-se à elaboração do Índice-Média com vista à descrição sintética da opinião dos inquiridos. No seguimento desta análise, procedeu-se ao cálculo de duas médias:
  - Com o objetivo de descrever as opiniões dos alunos para as duas partes do questionário, calculou-se a média dos valores do Índice-Média de todas as questões para cada uma das unidades curriculares e para cada um dos docentes;
  - Com o objetivo de descrever as opiniões dos alunos para cada uma das questões relativamente a todas as unidades curriculares e a todos os docentes, calculou-se a média dos valores do Índice-Média de todas as unidades curriculares e de todos os docentes para cada questão.  
Procedeu-se ainda ao cálculo dos desvios-padrão, com o objetivo de analisar a dispersão da opinião dos inquiridos em relação a cada uma das médias acima descritas.  
De modo a visualizar o comportamento das opiniões em relação às duas partes do questionário, procedeu-se à representação gráfica dos valores do Índice-Média e da média, da seguinte forma:
    - Cada disciplina, em relação a todas as questões;
    - Cada questão da parte relativa à disciplina, em relação a todas as unidades curriculares;
    - Docentes, agrupados pela unidade curricular que lecionam, em relação a todas as questões;
    - Cada questão da parte relativa ao docente, em relação a todos os Docentes.

- Comentário dos resultados do Inquéritos de opinião aos alunos.

Uma vez que se seguiu a metodologia de tratamento de dados do ano anterior, seguiu-se o mesmo critério para o comentário dos resultados. Seguindo a estrutura de tratamento dos dados efetuou-se uma análise comparativa da opinião dos alunos sobre cada unidade curricular em relação a todas as questões, uma análise comparativa da opinião dos alunos sobre cada questão em relação a todas as unidades curriculares, uma análise comparativa da opinião dos alunos sobre cada docente em relação a todas as questões e uma análise comparativa da opinião dos alunos sobre cada questão em relação a todos os docentes.

- Inquéritos aos alunos fora do âmbito dos processos de avaliação coordenados pela FUP.
  - O Conselho de Estudantes de Biologia de Évora – CEBE, solicitou à Pró-Reitoria uma versão do inquérito aos alunos que incluísse alguns temas que não constam do inquérito, nomeadamente sobre o tipo de profissão que o aluno pretende seguir no fim da licenciatura, a adequação dos recursos materiais disponíveis em cada unidade curricular, o esforço económico que a frequência de cada unidade curricular a exige ao aluno, etc.. Este pedido foi aceite. Elaborámos uma proposta de adaptação do inquérito que foi comunicada ao CEBE, mas não tivemos conhecimento de quaisquer desenvolvimentos sobre o assunto.
  - Alguns docentes a título individual solicitaram a aplicação do inquérito às unidades curriculares que lecionavam. Foram efetuadas as aplicações, leitura ótica dos inquéritos e a contagem das frequências de resposta. Os resultados foram enviados em formato de tabela e representação gráfica, mas não foram efetuados quaisquer comentários ou análises.

## **EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NA PRÓ-REITORIA EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS A PARTIR DE 01/04/2002**

### 2003

No ano letivo de 2002/2003 iniciou-se o 4º ano do 2º ciclo de avaliação, sendo este o ano objeto para a autoavaliação dos cursos selecionados. Na Universidade de Évora os cursos que se encontravam em condições de ser avaliados e pertenciam às áreas de formação definidas pela FUP - Ciências Sociais e do Comportamento e Veterinária – foram os cursos de Licenciatura em Economia, em Gestão de Empresas, em Medicina Veterinária, e em Sociologia. Neste contexto, as minhas atribuições no processo de autoavaliação destes cursos foram as seguintes:

- Apoio às comissões dos cursos em avaliação.
  - Aplicação do inquérito de opinião aos alunos

O inquérito foi aplicado, nas condições e termos a seguir explicitados, aos alunos dos cursos em avaliação e tinha por objeto as unidades curriculares que os alunos haviam frequentado no ano letivo de 2002/2003.

    - Divulgação e sensibilização da população a inquirir:

Para a primeira fase de aplicação a P-RAI procedeu à afixação de cartazes nos edifícios da Universidade onde são lecionadas aulas aos cursos em avaliação. Enviou mensagens eletrónicas aos Diretores dos cursos em processo de avaliação, onde solicitou aos docentes que lecionavam unidades curriculares aos cursos em avaliação informassem os seus alunos do processo de inquérito.

Na segunda fase todo o processo de inquérito foi profundamente alterado. O inquérito foi disponibilizado através de uma aplicação informática, tendo sido abandonado o suporte papel. Para a divulgação da segunda fase de inquérito a P-RAI distribuiu panfletos e afixou de cartazes. Enviaram-se mensagens eletrónicas para a lista de *e-mail* dos alunos, a divulgar a metodologia de inquérito, para a lista de e-mail dos docentes, a solicitar a publicitação do inquérito nas aulas, e ainda, realizaram-se reuniões com os representantes dos alunos no Conselho Pedagógico.
    - Datas e locais de aplicação:

Realizaram-se duas fases de aplicação.

(i) A primeira fase teve como objeto as unidades curriculares semestrais do semestre ímpar. Realizou-se entre 12 de dezembro de 2002 e 15 de janeiro de 2003, nas salas das aulas escolhidas pelos docentes das unidades curriculares a inquirir.

(ii) A segunda fase teve como objeto as unidades curriculares anuais e semestrais de semestre par. Realizou-se entre 16 de maio e 26 de junho, nas salas e quiosques de informáticos dos vários edifícios e ainda no corredor dos departamentos de economia e sociologia.

- Procedimentos de aplicação:

Na primeira fase, tal como no ano anterior o inquérito foi administrado em suporte papel concebido para a leitura ótica das respostas. Os procedimentos de aplicação foram iguais aos utilizados na segunda fase do ano anterior. A P-RAI enviou para os departamentos envolvidos no curso um envelope para cada unidade curricular a inquirir contendo questionários. Os departamentos distribuíram os envelopes pelos docentes que, com a colaboração de um representante da turma efetuaram a aplicação do inquérito numa das aulas lecionadas no período de aplicação previamente definido pela P-RAI. Após o preenchimento dos questionários e sua colocação nos envelopes, estes foram selados e assinados pelo docente e pelo aluno representante, sendo de seguida entregues em locais também previamente especificados pela P-RAI. De forma a garantir a qualidade dos dados obtidos, todos os envelopes enviados continham instruções detalhadas de aplicação do inquérito, instruções de preenchimento dos questionários e questionários previamente numerados. No exterior de cada envelope foi impresso um quadro contendo todas as informações necessárias à sua correta distribuição, identificação do seu conteúdo, locais de entrega e posterior verificação da correta aplicação do inquérito.

Na segunda fase os procedimentos de aplicação foram alterados. Em colaboração com os Serviços de Computação da Universidade de Évora, efetuou-se a adaptação do Inquérito de Opinião aos Alunos para a aplicação *on-line*, com acesso através da página Web da Universidade. Para cada aluno inscrito nos cursos em processo de avaliação foi gerada uma palavra-passe de acesso ao inquérito.

Foi enviada para o departamento, ao que pertencia cada Diretor de Curso em avaliação, uma carta fechada a cada aluno da licenciatura, onde constavam o login e a palavra-passe individual de acesso ao inquérito, as instruções de acesso e preenchimento do inquérito, assim como uma breve explicação do âmbito e objetivo do inquérito. Juntamente seguiu a lista de alunos inscritos no curso para que, ao levantar a sua carta, cada aluno assinasse a respetiva lista. Seguiu também uma carta para cada Presidente do Conselho de Departamento explicando os procedimentos de distribuição das cartas aos alunos. Depois de terminar o período de preenchimento do inquérito os departamentos devolveram as cartas que não foram levantadas e a lista devidamente assinada pelos alunos que as levantaram, possibilitando assim o controlo do extravio de cartas. Pensando nos alunos que não possuíam computador e/ou ligação à Internet, foram criados locais de acesso privilegiado ao inquérito, acima referidas como locais de aplicação do inquérito. No caso do corredor dos departamentos de economia e sociologia foram colocadas quatro mesas com quatro computadores com rede, para que os alunos pudessem aceder ao inquérito sem ter que esperar por um computador livre, na única sala de informática existente no edifício.

- Tratamento dos Inquéritos de opinião aos alunos
  - Para os dados relativos à primeira fase de inquérito, à semelhança dos anos anteriores, foi necessário efetuar a leitura ótica dos dados no *scanner* e a sua transferência para folha de cálculo Excel. Como na segunda fase o inquérito foi aplicado em suporte informático através de uma aplicação *on-line*, os dados foram fornecidos pelos Serviços de Computação, pelo que apenas se efetuou uma matriz para definição do formato final em que os dados deveriam ser disponibilizados.
  - Depuração de dados  
Verificação de todos os códigos de erro produzidos na leitura ótica, através da sua confrontação com o inquérito em papel. Esta verificação só foi feita para os dados da primeira fase, pois as respostas recolhidas pela aplicação informática não têm modo de confrontação, sendo

apenas possível averiguar se a aplicação gerou duplicação de dados, o que foi feito.

- Resultados

O tratamento dos dados seguiu a metodologia adotada nos anos anteriores, uma vez que a comparabilidade dos resultados continuava a ser um objetivo. Todos os questionários foram convertidos em tabelas de frequências absolutas de resposta. Assim, para cada unidade curricular foram elaboradas tabelas e gráficos com todas as questões, para as duas partes do questionário – Unidade curricular e Docente.

Para análise do comportamento das respostas, nos anos anteriores tinha sido utilizado o cálculo do Índice-Média. Por se considerar que este índice é muito sintético tornando impercetível pequenas diferenças entre comportamentos de resposta efetuou-se uma reformulação do Índice-Média. Introduziu-se uma ponderação nas diferentes categorias de resposta, atribuindo maior peso às categorias de resposta extremas, positiva e negativa. Este índice foi designado de Índice-ponderado e foi utilizado para a descrição dos comportamentos de resposta ao inquérito. À semelhança dos anos anteriores, no seguimento desta análise, procedeu-se ao cálculo de duas médias:

- Com o objetivo de descrever as opiniões dos alunos para as duas partes do questionário, calculou-se a média dos valores do Índice-ponderado de todas as questões para cada uma das unidades curriculares e para cada um dos docentes com a respetiva representação gráfica, permitindo uma visão global da opinião dos alunos para cada unidade curricular e para cada docente, sendo disponibilizada em anexo, para consulta;
- Com o objetivo de descrever as opiniões dos alunos para cada uma das questões relativamente a todas as unidades curriculares e a todos os docentes, calculou-se a média dos valores do Índice-ponderado de todas as unidades curriculares e de todos os docentes para cada questão e respetiva representação gráfica, o que permitiu a comparação entre todas as unidades curriculares e entre todos os docentes, para cada item do questionário, tendo sido utilizada para a análise e comentário dos dados.

Procedeu-se também ao cálculo dos desvios-padrão, com o objetivo de analisar a dispersão da opinião dos inquiridos em relação a cada uma das médias acima descritas.

- Comentário dos resultados do Inquéritos de opinião aos alunos.  
As alterações efetuadas no tratamento dos dados repercutiram-se no comentário dos resultados. Assim a análise incidiu unicamente na comparação da opinião dos alunos sobre cada questão em relação a todas as unidades curriculares e a todos os docentes.
- Inquéritos aos alunos fora do âmbito dos processos de avaliação coordenados pela FUP.
  - Dois departamentos solicitaram que as suas unidades curriculares fossem objeto de inquérito, assim como os docentes que as lecionam. Por preferência dos interlocutores, num dos departamentos aplicaram-se inquéritos em suporte papel - usando procedimentos similares aos acima descritos para as aplicações para os cursos avaliados - e noutro, aplicou-se o inquérito em suporte informático. Efetuou-se a contagem de frequências de resposta e enviaram-se os resultados sem análises ou comentários adicionais.
  - Alguns docentes a título individual solicitaram a aplicação do inquérito às unidades curriculares que lecionavam. Foram efetuadas as aplicações em suporte papel, a leitura ótica dos inquéritos e a contagem das frequências de resposta. Os resultados foram enviados em formato de tabela com a respetiva representação gráfica, mas não foram efetuados quaisquer comentários ou análises.
  - Houve também casos de docentes cujas unidades curriculares tinham sido objeto de inquérito em anos anteriores, no âmbito dos processos de avaliação de vários cursos, e que solicitaram a compilação dos resultados das suas unidades curriculares, obtidos nos diferentes, anos e cursos, o que foi efetuado.

## 2004

No ano letivo de 2003/2004 iniciou-se o 5º e último ano do 2º ciclo de avaliação, sendo este o ano objeto para a autoavaliação dos cursos selecionados. Na Universidade de Évora os cursos que se encontravam em condições de ser avaliados e pertenciam às áreas de formação definidas pela FUP - Belas Artes, Ciências Sociais e do Comportamento, Ensino e Formação e Música e Artes do

Espetáculo – foram os cursos de Licenciatura em Artes Visuais, em Educação de Infância, em Ensino Básico - 1º Ciclo, em Estudos Teatrais, em Música em Psicologia. Neste contexto, as minhas atribuições no processo de autoavaliação destes cursos foram as seguintes:

- Apoio às comissões dos cursos em avaliação.
  - Aplicação do inquérito de opinião aos alunos

O inquérito foi aplicado, nas condições e termos a seguir explicitados, aos alunos dos cursos em avaliação e tinha por objeto as unidades curriculares que os alunos haviam frequentado no ano letivo de 2003/2004.

    - Divulgação do inquérito e sensibilização da população a inquirir:

Para a primeira fase de aplicação a P-RAI procedeu à afixação de cartazes e distribuição de panfletos, nos edifícios da Universidade onde eram lecionadas aulas aos cursos em avaliação. Enviaram-se mensagens eletrónicas para a lista de *e-mail* dos alunos, a divulgar a metodologia de inquérito, e para a lista de e-mail dos docentes dos departamentos mais envolvidos nos cursos em processo de avaliação, a solicitar a publicitação do inquérito nas aulas. Foram realizadas reuniões de esclarecimento e divulgação deste método de aplicação do inquérito, para as quais a P-RAI convidou os representantes dos alunos dos cursos em avaliação no Conselho Pedagógico. Durante o período de aplicação do inquérito foram também efetuadas visitas de divulgação e esclarecimento às aulas dos cursos em avaliação, tendo sido planeadas uma visita por cada ano curricular de cada curso em avaliação, com um total de 22 visitas.

Para a divulgação da segunda fase de inquérito enviaram-se mensagens eletrónicas para a lista de *e-mail* dos alunos, a publicitar o prolongamento do prazo de preenchimento do inquérito on-line.
  - Datas e locais de aplicação:

Realizaram-se duas fases de aplicação.

    - (i) A primeira fase teve como objeto todas as unidades curriculares, anuais e semestrais, dos cursos em processo de autoavaliação. Realizou-se entre 26 de abril a 7 de junho de 2004, numa das salas de informática do Colégio do Espírito Santo, junto ao quiosque de internet do Palácio do Vimioso e na proximidade dos

secretariados do Departamento de Artes dos edifícios dos Leões e Convento do Carmo.

(ii) A segunda fase constituiu um reforço à primeira, tendo-se mantido o mesmo objeto. Realizou-se entre 6 e 31 de julho, e processou-se apenas on-line, não tendo sido criados locais de acesso privilegiado.

- Procedimentos de aplicação:

Na primeira fase o inquérito foi aplicado *on-line*, tendo sido utilizada a aplicação efetuada no ano anterior em colaboração com os Serviços de Computação da Universidade de Évora. Para cada aluno inscrito nos cursos em processo de avaliação foi gerada uma palavra-passe de acesso ao inquérito. A palavra-passe individual foi enviada para a residência dos alunos numa carta onde constavam também as instruções de acesso e de preenchimento do inquérito, assim como uma breve explicação sobre o seu âmbito e objetivo. Tendo em conta os alunos que não possuíam computador e/ou ligação à Internet, foram criados locais de acesso privilegiado ao inquérito, reservando, para o preenchimento do inquérito, computadores dedicados com acesso à internet, nos vários edifícios da Universidade. Para os alunos menos experientes com os procedimentos de acesso à Internet, introdução de palavras-passe, etc., a Pró-Reitoria colocou funcionários nos locais de acesso privilegiado ao inquérito, preparados para esclarecer as dúvidas dos alunos, não só relativamente aos procedimentos de acesso ao inquérito como também sobre o seu âmbito e objetivos. Estes funcionários dispunham também de questionários em suporte papel concebido para a leitura ótica das respostas, para os alunos que não quisessem responder ao inquérito *online*.

Na segunda fase foi reaberta a aplicação *online*, mantendo todas as respostas efetuadas pelos alunos na 1ª fase de inquérito. Este procedimento garantiu que não houvesse duplicação de respostas, uma vez que os alunos que já tinham respondido ao inquérito, ao acederem novamente ao questionário encontraram-no exatamente no mesmo estado em que o tinham deixado, podendo assim completar o inquérito relativamente às unidades curriculares e/ou docentes a que não tivessem respondido na primeira fase de inquérito. Foi enviada para cada aluno da licenciatura uma segunda

carta onde se informava que o prazo para preenchimento do inquérito tinha sido prolongado devido ao número reduzido de respostas.

Depois de terminar o período suplementar de preenchimento do inquérito, os dados foram recolhidos.

- Tratamento dos Inquéritos de opinião aos alunos
  - Embora na primeira fase tivessem sido disponibilizados inquéritos em suporte papel, todos os respondentes preferiram preencher o inquérito em suporte informático. Como o inquérito foi sempre respondido através da aplicação *on-line*, os dados foram fornecidos pelos Serviços de Computação, utilizando a matriz elaborada no ano anterior, para a definição do formato final dos dados.
  - Resultados:

O tratamento dos dados seguiu a metodologia adotada nos anos anteriores de forma a manter a comparabilidade dos resultados. Todas as respostas foram convertidas em tabelas de frequências absolutas de resposta. Assim, para cada unidade curricular foram elaboradas tabelas e gráficos com todas as questões, para as duas partes do questionário – Unidade curricular e Docente.

Para análise do comportamento das respostas, no ano anterior tinha-se efetuado uma reformulação do Índice-Média, posteriormente designado Índice-ponderado. Este índice foi novamente o utilizado para a descrição dos comportamentos de resposta ao inquérito. À semelhança dos anos anteriores, no seguimento desta análise, procedeu-se ao cálculo de duas médias:
  - A média dos valores do Índice-ponderado de todas as unidades curriculares e de todos os docentes para cada questão e respetiva representação gráfica, permitindo assim a comparação entre todas as unidades curriculares e entre todos os docentes, para cada item do questionário, tendo sido utilizada para a análise e comentário dos dados;
  - A média dos valores do Índice-ponderado de todas as questões para cada uma das unidades curriculares e para cada um dos docentes e respetiva representação gráfica, permitindo uma visão global da opinião dos alunos para cada unidade curricular e para cada

docente, tendo esta sido ainda disponibilizada, em anexo, para consulta.

Procedeu-se também ao cálculo dos desvios-padrão, com o objetivo de analisar a dispersão da opinião dos inquiridos em relação a cada uma das médias acima descritas.

- Comentário dos resultados do Inquéritos de opinião aos alunos.  
O comentário e análise dos resultados incidiram na comparação da opinião dos alunos sobre cada questão em relação a todas as unidades curriculares e a todos os docentes.
  
- Inquéritos aos alunos fora do âmbito dos processos de avaliação coordenados pela FUP.
  - Alguns docentes a título individual solicitaram a aplicação do inquérito às unidades curriculares que lecionavam. Foram efetuadas as aplicações em suporte papel, a leitura ótica dos inquéritos e a contagem das frequências de resposta. Os resultados foram enviados em formato de tabela e representação gráfica, mas não foram efetuados quaisquer comentários ou análises.
  - À semelhança do ano anterior, houve docentes que solicitaram a compilação dos resultados das suas unidades curriculares. Estas unidades curriculares tinham sido objeto de inquérito em anos anteriores, no âmbito dos processos de avaliação de vários cursos, em diferentes, anos. O que foi efetuado.

## 2005

Findo o segundo ciclo de avaliação, e não tendo sido iniciado um terceiro ciclo, deixou de haver inquéritos efetuados no âmbito da avaliação de cursos em processos coordenados pela FUP. No entanto continuou a haver uma solicitação razoável de aplicação de inquéritos às unidades curriculares, em âmbitos diversos, desde pedidos de docentes a nível individual, até pedidos de comissões de cursos e de departamentos.

- Inquéritos aos alunos fora do âmbito dos processos de avaliação coordenados pela FUP.
  - Dois departamentos e dois cursos solicitaram que as suas unidades curriculares e os docentes que as lecionavam fossem objeto de inquérito, sendo que um dos departamentos já o tinha feito no ano anterior. Neste ano os inquéritos foram em todos os casos aplicados em suporte papel. Os procedimentos utilizados foram similares aos utilizados na 1ª fase de 2003, através de envelopes enviados para cada docente, que os aplica com a colaboração de um representante dos alunos. Efetuaram-se as contagens de frequências de resposta e enviaram-se os resultados sem quaisquer análises ou comentários adicionais.
  - Também neste ano alguns docentes a título individual solicitaram a aplicação do inquérito às unidades curriculares que lecionavam. Foram efetuadas as aplicações em suporte papel, a leitura ótica dos inquéritos e a contagem das frequências de resposta. Os resultados foram enviados em formato de tabela e representação gráfica, mas não foram efetuados quaisquer comentários ou análises.
  
- Organização de Visitas de Avaliação Externa.

No âmbito das avaliações coordenadas pela FUP decorriam ainda as visitas de avaliação externa de cursos cujo processo de autoavaliação decorreria em 2004. Neste âmbito foi-me atribuída a preparação da visita de avaliação externa do Curso de Artes Visuais. Esta atividade consistiu em:

  - Coligir, tratar, organizar e disponibilizar a informação de atualização ao relatório de autoavaliação e a informação expressamente solicitada pela Comissão de Avaliação Externa;
  - Ser o elemento de ligação entre os Serviços da FUP, a Comissão de Curso e a Reitoria, para acordar datas, locais e programa da visita;
  - Convidar as entidades externas;
  - Convocar, órgãos, docentes e alunos para as reuniões específicas;
  - Resolver a logística de estadia, refeições, transporte e recursos materiais para a Comissão de Avaliação Externa, durante os dias da visita.

2006

- Avaliação institucional da Universidade de Évora pela Associação Europeia de Universidades - EUA.

Em janeiro de 2006 a Universidade de Évora candidatou-se ao programa de avaliação institucional, coordenado pela EUA, tendo sido aceite. O processo interno de autoavaliação foi coordenado pela Pró-Reitoria para a Política da Qualidade e Inovação. Neste âmbito foram-me atribuídas as seguintes responsabilidades:

- Contribuir para o processo de Avaliação Institucional, através da participação em grupos de trabalho temáticos e na recolha de informação para o relatório de autoavaliação.
  - Aplicação e tratamento do inquérito aos serviços e unidades da UÉ sobre os processos e recursos para a monitorização da qualidade, nomeadamente:
    - Conceção do inquérito
    - Levantamento das unidades e serviços da UÉ e dos respetivos responsáveis a inquirir.
    - Envio dos inquéritos acompanhados de ofício onde se explicava o âmbito e os objetivos da aplicação (259 inquéritos enviados).
    - Elaboração do livro de código, introdução das respostas em folha de cálculo Excel e verificação dos dados (60 respostas recebidas).
    - Elaboração de uma proposta para o tratamento dos dados e elaboração do respetivo documento com os resultados do inquérito.
  - Membro do Grupo de Trabalho sobre a gestão e monitorização da qualidade, dados e indicadores institucionais.  
Neste âmbito participei em todas as reuniões do grupo e elaborei uma proposta para os itens que me foram atribuídos.
- Contribuir para a coordenação e organização do processo de avaliação institucional.
  - Organização e síntese bilingue do guião para a Autoavaliação Institucional.

- Apoio ao funcionamento da Comissão de Autoavaliação Institucional e dos sete grupos de trabalho temáticos, nomeadamente:
  - Preparação da documentação para a reunião introdutória
  - Constituição de um *dossier* para cada um dos sete grupos temáticos com as informações base para o início dos trabalhos, nomeadamente um guião personalizado.
  - Resolução das questões logísticas, marcação de salas, convocatórias, folhas de presença, etc..
  - Gestão da página web sobre Avaliação Institucional, na plataforma *Moodle*, divulgação de informação, calendarização de eventos, etc..
  
- Colaboração no Estudo **O Acesso ao Ensino Superior - Perfil dos ingressados na Universidade de Évora**. Este estudo é composto por três capítulos, excluindo a introdução e a conclusão, dos quais elaborei um, relativo ao seguinte tema: *Vagas no sistema de ensino superior e acesso ao ensino superior público*.
  
- Contribuição para a elaboração de um programa para a qualidade e inovação na Universidade de Évora, nomeadamente:
  - Recolha de informação;
  - Participação em reuniões de reflexão, e;
  - Propostas de alteração ao texto do programa.
  
- Inquéritos aos alunos fora do âmbito dos processos de avaliação coordenados pela FUP.
  
- Um departamento e um curso solicitaram que as suas unidades curriculares e os docentes que as lecionavam fossem objeto de inquérito. O inquérito às unidades curriculares do departamento foi aplicado em suporte papel. Os procedimentos de aplicação foram similares aos utilizados na 1ª fase de 2003, e iguais aos de 2005, através de envelopes enviados para cada docente, que os aplica com a colaboração de um representante dos alunos. A meu cargo ficou apenas a divulgação, aplicação e a leitura ótica dos inquéritos. O tratamento foi efetuado por outro membro da equipa. A aplicação do inquérito às unidades curriculares do curso foi feita *on-line*, tendo sido utilizada uma aplicação elaborada pelos Serviços de Computação.

Nesta aplicação os alunos utilizam a mesma palavra passe de acesso ao SIIUÉ. Foi da minha responsabilidade, nomeadamente:

- A divulgação do inquérito;
  - A verificação do estado da informação das bases de dados que servem de suporte à aplicação informática do inquérito,
  - A colaboração com os departamentos envolvidos para a correção da distribuição do serviço docente, e;
  - A elaboração das instruções de preenchimento.
- 
- Mais uma vez alguns docentes a título individual solicitaram a aplicação do inquérito às unidades curriculares que lecionavam. Foram efetuadas as aplicações em suporte papel, a leitura ótica dos inquéritos e a contagem das frequências de resposta. Os resultados foram enviados em formato de tabela e representação gráfica, mas não tendo sido efetuados quaisquer comentários ou análises.
- 
- Elaboração de um parecer sobre o inquérito “Qualidade de Serviços Prestados pelo GRI aos Alunos e Docentes da Universidade de Évora 2004/2005”, aplicado pelo GRI (Gabinete de Relações Internacionais).
- 
- Informação para reuniões e visitas institucionais.
    - Levantamento da informação a disponibilizar pelo SIIUÉ, necessária ao desenvolvimento das atividades atribuídas à Pró-Reitoria para a Qualidade e Inovação, e elaboração do respetivo relatório;
    - Preparação de um documento sobre o ensino superior para a reitoria (reunião sobre o projeto Academia do Sul);
    - Levantamento de informação para a visita de peritos da OCDE;
    - Pesquisa e levantamento de informação para constituição de um dossier sobre Avaliação do Ensino Superior em Portugal;
    - Atualização de informação para o Plano de Desenvolvimento Estratégico da Universidade de Évora
    - Levantamento dos candidatos a ofertas formativas, a nível nacional, a propor no âmbito da implantação do processo de Bolonha;

## 2007

- Avaliação institucional da Universidade de Évora pela Associação Europeia de Universidades - EUA.

No ano de 2007 decorria ainda o processo de avaliação institucional da Universidade de Évora, tendo mantido as mesmas responsabilidades que neste ano se concretizaram da seguinte forma:

- Contribuir para o processo de Avaliação Institucional, através da participação em grupos de trabalho temáticos e na recolha de informação para o relatório de autoavaliação.
  - Membro do Grupo de Trabalho sobre a gestão e monitorização da qualidade, dados e indicadores institucionais.  
Neste âmbito continuei a participar em todas as reuniões do grupo e a contribuir para a produção do documento final do grupo.
  - Recolha e organização da legislação pertinente relativa ao ensino superior português, em língua inglesa, para disponibilização à Equipa de Avaliação Externa.
  - Elaboração e tradução de diagramas para inclusão no volume da informação suplementar requerida pela Equipa de Avaliação Externa.
- Contribuir para a coordenação e organização do processo de avaliação institucional.
  - Apoio ao funcionamento da Comissão de Autoavaliação Institucional e dos sete grupos de trabalho temáticos, nomeadamente:
    - Resolução das questões logísticas, marcação de salas, convocatórias, folhas de presença, etc..
    - Gestão da página web sobre Avaliação Institucional, na plataforma Moodle, divulgação de informação, calendarização de eventos, etc..
  - Organização da visita preliminar da comissão de avaliação externa, nomeadamente:
    - Recolha, sistematização e elaboração de um documento síntese relativo aos currículos da equipa de avaliação externa;
    - Elaboração do programa bilingue da visita, de acordo com as diretivas da EUA;

- Elaboração de programas parciais bilingues para refeições e transportes;
  - Resolução de todas as questões logísticas da visita, nomeadamente no que se refere a estadias, alimentação e transporte, assim como, marcação de salas, convites a entidades externas e convocatórias internas;
  - Organização da reunião preparatória da 1ª visita EUA;
  - Compilação e envio da informação a disponibilizar aos diferentes participantes nas reuniões.
- 
- Organização da visita final da comissão de avaliação externa, nomeadamente:
    - Elaboração do programa bilingue da visita de acordo com as diretivas da EUA;
    - Elaboração de programas parciais bilingue para refeições e transportes;
    - Resolução de todas as questões logísticas da visita, nomeadamente no que se refere a estadias, alimentação e transporte, assim como, marcação de salas de reunião, convites a entidades externas e convocatórias internas;
    - Compilação e envio da informação a disponibilizar aos diferentes participantes nas reuniões.
- 
- Preparação do relatório final da EUA para divulgação. Composição da edição de bolso da versão bilingue do relatório.
- 
- Contribuição para a elaboração de um programa para a qualidade e inovação na Universidade de Évora.
    - Elaboração e divulgação de indicadores de monitorização da qualidade que permitam conhecer o desempenho da Universidade de Évora, a adequação desse desempenho à sua missão e estratégia, com vista à melhoria contínua e à promoção de uma cultura de qualidade na instituição. Neste âmbito foi-me atribuída a elaboração dos indicadores relativos à monitorização da procura da oferta formativa, dos processos de ensino e dos resultados das atividades de ensino, o que se concretizou nas seguintes atividades:

- Definição dos indicadores a construir;
  - Recolha de informação;
  - Definição da metodologia e fórmulas de cálculo e do nível de desagregação da informação;
  - Definição de conceitos, de forma a disponibilizar toda a metainformação necessária à réplica dos cálculos pelos eventuais interessados.
- 
- Continuação da participação na construção do texto do programa para a qualidade e inovação na Universidade de Évora, através da participação em reuniões de reflexão, e formulação de propostas de alteração ao programa.
- 
- Colaboração na edição de 2007 do Estudo **O Acesso ao Ensino Superior - Perfil dos ingressados na Universidade de Évora**, mantendo a responsabilidade do conteúdo do capítulo relativo ao tema: *Vagas no sistema de ensino superior e acesso ao ensino superior público*.
- 
- Inquérito aos alunos de licenciatura da Universidade de Évora, coordenado pela pró-reitoria para a política da qualidade e inovação, fora do âmbito dos processos de avaliação coordenados pela FUP.  
Em 2007, a pró-reitoria para a política da qualidade e inovação, decidiu aplicar o inquérito de opinião a todos os alunos de licenciatura da universidade. O inquérito foi aplicado em Março de 2007, tendo como objeto as unidades curriculares que funcionaram no semestre ímpar do ano letivo de 2006/2007.
- A metodologia utilizada foi a aplicação on-line, tendo sido utilizada uma aplicação elaborada pelos Serviços de Computação. No seguimento do que se havia testado no ano anterior os alunos utilizaram a mesma palavra passe de acesso ao SIIUÉ. Fui responsável pela divulgação global do inquérito aos alunos.

2008

- Contribuição para o desenvolvimento do Programa para a Promoção da Qualidade da Universidade de Évora.
  - Atualização e divulgação de indicadores de monitorização da qualidade que permitam conhecer o desempenho da Universidade de Évora, a adequação desse desempenho à sua missão e estratégia com vista à melhoria contínua. Neste âmbito foi-me atribuída a elaboração dos indicadores relativos à monitorização da procura da oferta formativa, dos processos de ensino e dos resultados das atividades de ensino, o que se concretizou nas seguintes atividades:
    - Recolha de informação;
    - Adaptação e melhoria da metodologia, fórmulas de cálculo e redefinição do nível de desagregação de modo a otimizar a informação disponível;
    - Nos casos em que os indicadores foram adaptados ou melhorados, procedeu-se à redefinição dos conceitos de forma a disponibilizar toda a metainformação necessária à réplica dos cálculos pelos eventuais interessados.
- Desenvolvimento e operacionalização do Programa para a Promoção da Qualidade da Universidade de Évora o qual pretendeu dar cumprimento às disposições legais sobre avaliação do ensino superior e contribuir para a implementação dos novos estatutos na instituição.
- Desenvolvimento de instrumentos de recolha e sistematização da informação.
  - Conceção dos relatórios de unidade curricular e de escola;
  - Definição das responsabilidades de alimentação da base de dados que permitissem o preenchimento automático dos dados incluídos nos diferentes relatórios;
  - Definição das responsabilidades de preenchimento da informação não automática dos relatórios;
  - Definição dos referenciais para a autoavaliação da unidade curricular e da escola, cuja responsabilidade pertence ao docente responsável pela unidade curricular e ao diretor de escola, respetivamente.

- Reformulação do inquérito de opinião aos alunos, definição dos seus objetivos e âmbito, assim como dos procedimentos e regras para a sua aplicação e divulgação de resultados.
  - Introdução de um conjunto de perguntas sobre as condições oferecidas pela universidade aos estudantes;
  - Introdução de um conjunto de perguntas sobre a participação do aluno na vida académica da instituição;
  - Introdução de novas perguntas sobre o curso;
  - Introdução de novas perguntas sobre a unidade curricular, nomeadamente sobre a percentagem de aulas assistidas, as causas de uma assiduidade inferior a 50% e o número de horas semanais dedicadas à unidade curricular.
  
- Colaboração na edição de 2008 do Estudo **O Acesso ao Ensino Superior - Perfil dos ingressados na Universidade de Évora**, mantendo a responsabilidade do conteúdo do capítulo relativo ao tema: *Vagas no sistema de ensino superior e acesso ao ensino superior público*, agora denominado *o acesso ao ensino superior público*. Além da manutenção das principais linhas de tratamento e análise dos dados, possibilitando a comparação com os anteriores relatórios, foram propostas e executadas abordagens diferentes de tratamento e apresentação gráfica dos resultados, nomeadamente uma análise com base nas áreas de educação e formação:
  - Observou-se a comparação da oferta formativa do ensino superior, a nível nacional, por áreas de formação e educação, relacionando-a com a distribuição geográfica, entre os anos letivos de 1999/2000 e 2008/2009, inclusivé;
  - Apresentou-se o posicionamento das diferentes instituições de ensino superior público, de acordo com a taxa de ocupação de vagas e a média da nota do último colocado, para cada área de educação e formação, na 1ª fase do concurso nacional de acesso.
  - O relatório foi reestruturado de forma consentânea às alterações efetuadas no tratamento e análise dos resultados, acima descritas.
  
- Colaboração num estudo para a compreensão dos possíveis fatores associados à evolução da procura e oferta no ensino superior público. Neste âmbito realizei:

- Pesquisa e recolha da bibliografia e da legislação sobre o ensino superior público;
  - Elaboração de uma cronologia que incluiu, para cada facto ocorrido, a citação (ou citações) e a fonte (ou fontes) onde foi recolhido. O período em análise foi alargado. Inicialmente pretendia-se analisar apenas os anos noventa mas decidiu-se incluir a informação disponível desde os anos 70 até 2006.
- Informação para reuniões e visitas institucionais.
    - Cálculo dos ECTS dos cursos de mestrado, por departamento, para cálculo de docentes ETIs (cálculo de ECTS por curso de 2º ciclo);
    - Comparação entre o Relatório final da EUA e o Plano de Atividades para 2008;
    - Atualização de dados do relatório "A Rede Pública de Ensino Superior: um olhar sobre o acesso", CIPES, Julho de 2008);
    - Colaboração no trabalho de sistematização de relatórios dos docentes sobre o insucesso escolar;
    - Levantamento e organização da distribuição do serviço docente do ano letivo de 2008/2009 relativo aos colaboradores.

## 2009

- Contribuição para o desenvolvimento do Programa para a Promoção da Qualidade da Universidade de Évora - PROQUAL.
  - Atualização e divulgação de indicadores de monitorização da qualidade que permitam conhecer o desempenho da Universidade de Évora, a adequação desse desempenho à sua missão e estratégia com vista à melhoria contínua da instituição. Tal como nos anos anteriores foram-me atribuídos os indicadores relativos à monitorização da procura da oferta formativa, dos processos de ensino e dos resultados das atividades de ensino. Neste ano acrescentaram-se quadros de dados desagregados nas fichas globais dos indicadores para facilitar a comparabilidade entre os cursos ou departamentos, consoante as características do indicador.

- Desenvolvimento e operacionalização do Programa para a Promoção da Qualidade da Universidade de Évora o qual pretendeu dar cumprimento às disposições legais sobre avaliação do ensino superior e contribuir para a implementação dos novos estatutos na instituição.
- Monitorização da implementação dos instrumentos de recolha e sistematização da informação.
  - A monitorização da implementação dos relatórios de unidade curricular, por escola;
  - A monitorização da implementação do inquérito aos alunos;
  - Recolha de sugestões e esclarecimento de dúvidas colocadas por docentes relativamente aos instrumentos de recolha de informação, nomeadamente sobre o inquérito de opinião aos alunos;
  - Colaboração na elaboração de uma apresentação PowerPoint sobre os instrumentos do PROQUAL. Realização da parte relativa aos relatórios de unidade curricular.
  - As monitorizações foram efetuadas sempre que houve desenvolvimentos e/ou implementação de aplicações informáticas. Deste modo, efetuámos levantamentos dos problemas encontrados, posteriormente comunicados aos responsáveis pelas aplicações informáticas, com vista ao seu aperfeiçoamento;
- Inquérito de opinião aos alunos, no âmbito do Programa para a Promoção da Qualidade da Universidade de Évora.
- Tratamento dos dados e divulgação dos resultados do inquérito aplicado em 2008, relativo ao ano letivo de 2007/2008. Este inquérito foi aplicado a todos os alunos de 1º ciclo da universidade. Toda a organização da aplicação e divulgação do inquérito esteve a cargo de outro membro da equipa. A minha participação neste inquérito foi relativa ao apuramento e divulgação dos resultados. Efetuei tratamentos distintos e níveis de divulgação diferenciados das diferentes partes do inquérito, sempre que o número de respostas satisfizes os critérios previamente definidos para o seu tratamento:
  - Partes relativas à unidade curricular e docente – um relatório para cada departamento constituído pelas frequências de resposta, em valores absolutos e em percentagem, de cada uma das unidades

curriculares do departamento e de cada um dos docentes que as lecionaram;

- Parte relativa ao curso – um relatório para cada curso, cujo número de respostas cumpre os critérios previamente definidos, constituído pelas frequências de resposta, em valores absolutos e em percentagem, do curso;
  - Parte relativa à universidade e resultados globais para as partes do curso, unidade curricular e docente – um relatório global para a universidade, constituído pelas frequências de resposta, em valores absolutos e em percentagem, agregadas para a universidade, divulgado em [www.qi.uevora.pt](http://www.qi.uevora.pt).
- Organização da aplicação do inquérito de opinião aos alunos relativa ao ano letivo de 2008/2009.

O inquérito foi aplicado a todos os alunos de 1º e 2º ciclo da universidade e teve por objeto as condições oferecidas pela Universidade, o funcionamento dos cursos e das unidades curriculares que os alunos frequentaram no ano letivo de 2008/2009 e o desempenho dos docentes na sua lecionação, da seguinte forma:

- A metodologia utilizada foi a aplicação *on-line*, tendo sido utilizada a aplicação elaborada pelos Serviços de Informática. Tal como se havia testado em anos anteriores os alunos utilizaram a mesma palavra passe de acesso ao SIIUE.
  - Para a divulgação e sensibilização da população a inquirir procedeu-se à afixação de cartazes e distribuição de panfletos. Foram enviadas mensagens eletrónicas para a lista de *e-mail* dos alunos, a divulgar a aplicação do inquérito. Foram também enviadas mensagens aos Diretores de Departamento, Diretores de Curso e ofícios para os Diretores das Escolas, a solicitar a publicitação do inquérito.
- Follow-up da avaliação institucional da Universidade de Évora pela Associação Europeia de Universidades - EUA.
  - No ano de 2009 decorreu o follow-up do processo de avaliação institucional da Universidade de Évora. Nesta fase do processo foi-me atribuída a recolha, tratamento e organização da informação, institucional e regional, por forma a dar cumprimento ao guião fornecido pela EUA.

- Colaboração na edição de 2009 do Estudo **O Acesso ao Ensino Superior - Perfil dos ingressados na Universidade de Évora**, mantendo a responsabilidade do conteúdo do capítulo denominado *o acesso ao ensino superior público*. Além da manutenção das principais linhas de tratamento e análise dos dados, possibilitando a comparação com os anteriores relatórios, foram mais uma vez propostas e executadas abordagens diferentes de tratamento e apresentação gráfica dos resultados, nomeadamente uma análise mais profunda da procura na 1ª fase do CNA:
  - Observou-se a relação entre a oferta formativa e a procura do ensino superior público, a nível nacional, por áreas de formação e distribuição geográfica, para o ano letivo de 2009/2010;
  - Analisou-se o posicionamento das diferentes instituições de ensino superior público, de acordo com o índice de atratividade, para cada área de educação e formação, na 1ª fase do concurso nacional de acesso.
  - O relatório foi reestruturado de forma consentânea às alterações efetuadas no tratamento e análise dos resultados, acima descritas.

Em 2009 a Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior – A3ES iniciou a sua atividade junto das instituições de ensino superior. Teve assim início a acreditação preliminar dos ciclos de estudo em funcionamento na Universidade de Évora. Neste âmbito desempenhei as seguintes atividades:

- Apoio às comissões de curso, nomeadamente:
  - Recolha, tratamento e organização de informação a disponibilizar aos intervenientes nos processos de acreditação, de acordo com as diretivas da A3ES.
- Elaboração de um parecer sobre os formulários do inquérito aos diretores de curso, sobre “o processo de admissão e seriação de candidaturas ao 2º e 3º ciclo”, e do inquérito aos alunos aos cursos de 2º e 3º ciclos, sobre os processos de candidatura, matrícula, inscrição e pagamento de propinas, propostos pela Divisão de Estudos Pós-Graduados dos Serviços Académicos da Universidade de Évora.

## 2010

- Contribuição para o desenvolvimento do Programa para a Promoção da Qualidade da Universidade de Évora - PROQUAL.
- Atualização e divulgação de indicadores de monitorização da qualidade que permitam conhecer o desempenho da Universidade de Évora, a adequação desse desempenho à sua missão e estratégia, com vista à melhoria contínua da instituição. Tal como nos anos anteriores foram-me atribuídos os indicadores relativos à monitorização da procura da oferta formativa, dos processos de ensino e dos resultados das atividades de ensino. Neste ano foram introduzidas algumas novidades, nomeadamente:
  - As fichas de globais de cada indicador foram elaboradas em língua portuguesa e inglesa;
  - Os indicadores relativos ao sucesso escolar e à taxa de avaliados foram reformulados de forma a apresentar os resultados por cursos e por departamento;
  - Foi ainda elaborado um estudo comparativo entre os indicadores propostos pela A3ES e os indicadores do PROQUAL.
- Inquérito de opinião aos alunos, no âmbito do Programa para a Promoção da Qualidade da Universidade de Évora.
- Tratamento dos dados e divulgação dos resultados do inquérito aplicado em 2010, relativo ao ano letivo de 2009/2010. Este inquérito foi aplicado a todos os alunos de 1º ciclo da universidade. Toda a organização da aplicação e divulgação do inquérito esteve a cargo de outro membro da equipa. A minha participação neste inquérito consubstanciou-se no apuramento e divulgação dos resultados. Tal como no ano anterior efetuei tratamentos distintos e níveis de divulgação diferenciados das diferentes partes do inquérito, sempre que o número de respostas satisfizesse os critérios previamente definidos para o seu tratamento:
  - Partes relativas à unidade curricular e docente – um relatório para cada departamento com resultados para cada uma das unidades curriculares do departamento e de cada um dos docentes que as lecionaram. Os resultados apresentados incluíam as frequências de resposta, em valores absolutos e em percentagem, e a

- representação gráfica dos valores do índice de comparabilidade, para cada questão do inquérito relativa às partes da unidade curricular e docente;
- Parte relativa ao curso – um relatório para cada curso, cujo número de respostas cumpre os critérios previamente definidos, constituído pelas frequências de resposta, em valores absolutos e em percentagem, e pela representação gráfica dos valores do índice de comparabilidade, para cada questão do inquérito relativa à parte do curso;
  - Parte relativa à universidade e resultados globais para as partes do curso, unidade curricular e docente – um relatório global para a universidade, constituído pelas frequências de resposta, em valores absolutos e em percentagem, e pela representação gráfica dos valores do índice de comparabilidade, para cada questão do inquérito, agregadas ao nível da universidade. Este relatório deu origem ao Relatório de Monitorização da Qualidade do Ensino de 2009-2010, cujo comentário é da autoria do Pró-Reitor, Prof. Doutor Jacinto Vidigal.
  - Elaborou-se também um PowerPoint para apresentação dos resultados do inquérito, numa reunião para a qual foram convidados todos os Diretores de Curso.
- 
- Desenvolvimento e operacionalização do Programa para a Promoção da Qualidade da Universidade de Évora o qual pretendeu dar cumprimento às disposições legais sobre a avaliação do ensino superior e contribuir para a implementação dos novos estatutos na instituição.
  - Monitorização da implementação dos instrumentos de recolha e sistematização da informação.
    - A monitorização da implementação dos relatórios de unidade curricular, nomeadamente pela monitorização das taxas de preenchimento;
    - A monitorização da implementação do inquérito aos alunos, nomeadamente pela monitorização das taxas de resposta ao longo dos períodos de aplicação;
  - Desenvolvimento de instrumentos de recolha e sistematização da informação.

- Conceção de uma proposta de relatório de serviços com vista à autoavaliação dos diferentes serviços da universidade;
  - Compatibilização e organização da proposta, em conjunto com a equipa, de forma a obter uma proposta única.
- 
- Colaboração na edição de 2010 do Estudo **O Acesso ao Ensino Superior - Perfil dos ingressados na Universidade de Évora**, mantendo a responsabilidade do conteúdo do capítulo denominado *o acesso ao ensino superior público*. Além da manutenção das principais linhas de tratamento e análise dos dados, possibilitando a comparação com os anteriores relatórios, foram novamente propostas e executadas abordagens diferentes de tratamento e análise da informação disponível e de apresentação gráfica dos resultados, nomeadamente:
    - O fluxo dos colocados entre o distrito de candidatura e o distrito de colocação, designada por mobilidade dos colocados, que incluiu:
      - Saldo global da mobilidade dos colocados de cada distrito, na 1ª fase do concurso nacional de acesso de 2009-10 e 2010-11;
      - A Evolução da mobilidade dos colocados do distrito de Évora, na 1ª fase do concurso nacional de acesso entre 2000-01 e 2010-11.
    - A elaboração de uma separata de análise comparativa dos resultados da 1ª fase do CNA, nas instituições de ensino superior público dos distritos de Faro, Beja, Évora, Portalegre, Setúbal e Santarém:
      - Comparação dos resultados da 1ª fase do CNA da UÉ com as instituições dos distritos acima referidos, nomeadamente no que diz respeito ao n.º de vagas, n.º de candidatos, n.º de candidatos em 1ª opção e n.º de colocados;
      - Analisou-se o posicionamento da UÉ e das instituições dos distritos já referidos, de acordo com o índice de atratividade, para cada curso oferecido, organizados por área de educação e formação, na 1ª fase do concurso nacional de acesso.
      - O relatório foi reestruturado de forma consentânea às alterações efetuadas no tratamento e análise dos resultados, acima descritas.
  - Follow-up da avaliação institucional da Universidade de Évora pela Associação Europeia de Universidades - EUA.

- Embora o processo de follow-up tenha decorrido em 2009, a visita da equipa de avaliação externa da EUA foi adiada para fevereiro de 2010. Assim, foi necessário atualizar a informação, institucional e regional, solicitada pela EUA.

Em 2009 a Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior – A3ES iniciou a sua atividade junto das instituições de ensino superior. A acreditação preliminar dos ciclos de estudo em funcionamento decorreu entre novembro de 2009 e Abril de 2010. Em 2010, desempenhei as seguintes atividades:

- Apoio às comissões de curso, nomeadamente:
  - Recolha, tratamento e organização de informação a disponibilizar aos intervenientes nos processos de acreditação, de acordo com as diretivas da A3ES;
  - Verificação de processos de acreditação dos cursos, antes do seu envio à A3ES. Elaboração de um relatório por cursos com os problemas detetados, para que a Comissão de Curso pudesse efetuar as correções.

### **2.3. LISTA DE PUBLICAÇÕES**

2010 – Vieira, C., Geraldês de Carvalho, A., Cristóvão D. e Raposo, L. (2010). O Acesso ao Ensino Superior: Perfil dos Ingressados de 1º ciclo na Universidade de Évora em 2009/2010, Universidade de Évora, 140pp.

2008 – Vieira, C., Geraldês de Carvalho, A., Cristóvão D. e Raposo, L. (2008). O Acesso ao Ensino Superior: Perfil dos Ingressados de 1º ciclo na Universidade de Évora em 2008/2009, Universidade de Évora, 113pp.

2007 – Vieira, C., Geraldês de Carvalho, A., Cristóvão D. e Raposo, L. (2007). O Acesso ao Ensino Superior: Perfil dos Ingressados de 1º ciclo na Universidade de Évora em 2007/2008, Universidade de Évora, 105pp.

2007 – Vieira, C., Geraldes de Carvalho, A., Cristóvão, D., Raposo, L. e Santos, M. (2007). O Acesso ao Ensino Superior: Perfil dos Ingressados na Universidade de Évora em 2006/2007, Universidade de Évora, 94pp.

2006 – Vieira, C. e Geraldes de Carvalho, A. (2006). Inquérito sobre os processos e recursos para a monitorização da qualidade, Universidade de Évora, 24pp.

2004a – Vieira, C. e Geraldes de Carvalho, A. (2004). Inquérito de Opinião aos Alunos: Licenciatura em Artes Visuais, Universidade de Évora, 33pp.

2004b – Vieira, C. e Geraldes de Carvalho, A. (2004). Inquérito de Opinião aos Alunos: Licenciatura em Educação de Infância, Universidade de Évora, 90pp.

2004c – Vieira, C. e Geraldes de Carvalho, A. (2004). Inquérito de Opinião aos Alunos: Licenciatura em Ensino Básico, Universidade de Évora, 24pp.

2004d – Vieira, C. e Geraldes de Carvalho, A. (2004). Inquérito de Opinião aos Alunos: Licenciatura em Estudos Teatrais, Universidade de Évora, 13pp.

2004e – Vieira, C. e Geraldes de Carvalho, A. (2004). Inquérito de Opinião aos Alunos: Licenciatura em Música, Universidade de Évora, 49pp.

2004f – Vieira, C. e Geraldes de Carvalho, A. (2004). Inquérito de Opinião aos Alunos: Licenciatura em Psicologia, Universidade de Évora, 147pp.

2003a – Vieira, C. e Geraldes de Carvalho, A. (2003). Inquérito de Opinião aos Alunos: Licenciatura em Arquitetura Paisagista, Universidade de Évora, 188pp.

2003b – Vieira, C. e Geraldes de Carvalho, A. (2003). Inquérito de Opinião aos Alunos: Licenciatura em Ciências do Ambiente, Universidade de Évora, 116pp.

2003c – Vieira, C. e Geraldes de Carvalho, A. (2003). Inquérito de Opinião aos Alunos: Licenciatura em Economia, Universidade de Évora, 157pp.

2003d – Vieira, C. e Geraldes de Carvalho, A. (2003). Inquérito de Opinião aos Alunos: Licenciatura em Medicina Veterinária, Universidade de Évora, 90pp.

2003e – Vieira, C. e Geraldês de Carvalho, A. (2003). Inquérito de Opinião aos Alunos: Licenciatura em Sociologia, Universidade de Évora, 109pp.

2002a – Vieira, C. e Geraldês de Carvalho, A. (2002). Inquérito de Opinião aos Alunos: Licenciatura em Engenharia Biofísica, Universidade de Évora, 130pp.

2002b – Vieira, C. e Geraldês de Carvalho, A. (2002). Inquérito de Opinião aos Alunos: Licenciatura em Ensino de Física e Química, Universidade de Évora, 152pp.

2002c – Vieira, C. e Geraldês de Carvalho, A. (2002). Inquérito de Opinião aos Alunos: Licenciatura em Engenharia de Recursos Geológicos, Universidade de Évora, 121pp.

2002d – Vieira, C. e Geraldês de Carvalho, A. (2002). Inquérito de Opinião aos Alunos: Licenciatura em Engenharia de Recursos Hídricos, Universidade de Évora, 128pp.

2001a – Vieira, C. e Geraldês de Carvalho, A. (2001). Elementos para o Relatório de Autoavaliação do Curso de Licenciatura em Biologia, Universidade de Évora, 87pp.

2001b – Vieira, C. e Geraldês de Carvalho, A. (2001). Elementos para o Relatório de Autoavaliação do Curso de Licenciatura em Ensino de Biologia e Geologia, Universidade de Évora, 137pp.

2001c – Vieira, C. e Geraldês de Carvalho, A. (2001). Elementos para o Relatório de Autoavaliação do Curso de Licenciatura em Ensino de Matemática, Universidade de Évora, 173pp.

2001d – Vieira, C. e Geraldês de Carvalho, A. (2001). Elementos para o Relatório de Autoavaliação do Curso de Licenciatura em Matemática Aplicada, Universidade de Évora, 132pp.

2000a Rodrigues dos Santos, J., Cristóvão, D., Santos, M., Geraldês de Carvalho, A. (2000). Estudo da população estudantil no acesso à Universidade de Évora em 1998, Universidade de Évora.

2000b Rodrigues dos Santos, J., Geraldes de Carvalho, A. e Cristóvão, D. (2000). Materiais para a Política da Qualidade: Inquérito de Opinião aos Alunos do Curso de Licenciatura em Música, Universidade de Évora.

1999a - Rodrigues dos Santos, J., Sequeira, B. e Geraldes de Carvalho, A. (1999). Elementos para o Relatório de Autoavaliação do Curso de Licenciatura em Engenharia de Recursos Hídricos: Inquérito de Opinião aos Alunos, Universidade de Évora, 57 pp.

1999b - Rodrigues dos Santos, J., Sequeira, B. e Geraldes de Carvalho A. (1999). Elementos para o Relatório de Autoavaliação do Curso de Licenciatura em Engenharia de Recursos Hídricos: Inquérito de Opinião aos Diplomados, Universidade de Évora, 15 pp.

1999c - Rodrigues dos Santos, J., Cristóvão, D. e Geraldes de Carvalho, A. (1999). Elementos para o Relatório de Autoavaliação do Curso de Licenciatura em História ramo Património Cultural: Inquérito de Opinião aos Alunos, Universidade de Évora, 58 pp.

1998a - Rodrigues dos Santos, J., Geraldes de Carvalho, A. e Cristóvão, D., (1998). Elementos para o Relatório de Autoavaliação do Curso de Licenciatura em Engenharia Zootécnica: Inquérito de Opinião aos Alunos – Tratamento e Análise pela Comissão de Avaliação Institucional dos documentos de Inquérito recolhidos pelos Docentes, Universidade de Évora, 77 pp.

1998b - Rodrigues dos Santos, J., Geraldes de Carvalho, A. e Cristóvão, D., (1998). Resultados do Inquérito de Opinião aos Alunos de Sociologia, vol. 2, 86 e 56 pp.), Universidade de Évora.

## **2.4. DISTINÇÕES**

2010 - Excelente, na classificação final do SIADAP.

2010 - Louvor público atribuído pela competência demonstrada no desempenho das funções (Despacho n.º 46/2010, de 2 de março, da Universidade de Évora).

2008 - Relevante, na classificação final do SIADAP.

2007 - Muito bom, na classificação final do SIADAP.

## **2.5. OUTRAS COMPETÊNCIAS**

### **AÇÕES DE FORMAÇÃO**

1998 – Curso sobre “Advanced Higher Education Policy Course on Quality Management in Higher Education”, promovido pelo Consortium of Higher Education Researcher (CHER), de 1 a 6 de Novembro, Porto.

1998 – Curso de formação em “Avaliação das Instituições de Ensino Superior”, organizado pela Fundação das Universidades Portuguesas (FUP):

- Universidade de Aveiro, 28 e 29 de Setembro;
- Universidade de Évora, 8 e 9 de Outubro.

1996 – Ação de Formação sobre “Metodologia de Projeto”, promovida pelo Comissariado Regional do Sul da Luta Contra a Pobreza, 22 e 23 de Outubro.

### **CONFERÊNCIAS E OUTROS**

2010 - I International Conference 2010 “Learning and Teaching in Higher Education”, organizado pelo Gabinete para a Promoção do Sucesso Académico da Universidade de Évora.

2010 – Workshop, “Using a conceptually-based feedback questionnaire for students to enhance teaching and the quality of learning”, integrado na I International

Conference 2010 Learning and Teaching in Higher Education, organizado pelo Gabinete para a Promoção do Sucesso Académico da Universidade de Évora.

2006 - Seminário "Política da Qualidade no Ensino" organizado do pela Associação Portuguesa para a Qualidade – APQ.

2005 - Oficina Regional sobre "Desenvolvimento Local no Alentejo: Problemas, Desafios e Perspetivas" organizado por Ideia Alentejo - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Alentejo e CISA-AS - Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia "Augusto da Silva".

1999 – Jornadas "1as Jornadas de Avaliação dos Cursos de Engenharia", 7 de Janeiro (Lisboa).

1998 – Seminário "Qualidade na Educação", organizado pela Associação Portuguesa para a Qualidade Universidade de Évora, 23 de Novembro.

1998 – Seminário Internacional "Avaliação das Universidades, Problemáticas e Metodologias", organizado pela Comissão de Avaliação Institucional da Universidade de Évora, 15 e 16 de Junho.

1997 – Simpósio sobre "Avaliação das Universidades", organizado pela Fundação das Universidades Portuguesas (FUP) e pela Universidade de Aveiro, Aveiro, 4 e 5 de Dezembro.

1997 – Colóquio "A Ciência, Cultura Científica e Participação Pública", organizado pela Federação Portuguesa das Associações e Sociedades Científicas - FEPASC, Lisboa, 20 e 21 de Novembro.

1997 – Jornadas "A Avaliação na Universidade de Aveiro", organizadas pela Universidade de Aveiro, Outubro.

1996 – Fórum Social "Évora Cidade Solidária", organizado pela Câmara Municipal de Évora, 23 de Outubro.

1995 – Colóquio "O Alqueva: Perspetivas de Desenvolvimento para o Alentejo", organizado pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, 13 de Agosto.

**COMPETÊNCIAS INFORMÁTICAS**

- Domínio de software Office (Word, Excel e PowerPoint) e de SPSS;
- Conhecimentos médios de PhotoShop, e Corel Draw;
- Conhecimentos básicos em Access.

**CURSOS DE FORMAÇÃO NA ÁREA DA INFORMÁTICA**

2008 - Criação e Manutenção de Páginas Pessoais (16 horas).

2008 - Utilização de Ferramentas Colaborativas – Photoshop (26 horas).

2006 - SPSS na análise de dados multidimensionais em ciências sociais (24 horas).

2006 - Programação e Automatização de Folha de Cálculo (Macros) (16 horas).

2004 - Conceção e Construção de Páginas Web – Iniciação (21 horas).

2004 - SPSS na análise de dados em ciências sociais (21 horas).

2003 - Configuração de Aplicações na Ótica do Utilizador (12 horas).

2002 - Excel Avançado (18 horas)

**COMPETÊNCIAS DO ÂMBITO LINGUÍSTICO**

- Inglês
  - Compreensão oral: C1
  - Leitura: C1
  - Conversação: B2
  - Escrita: B2
- Francês
  - Compreensão oral: B1

Leitura: B1

Conversação: A1

Escrita: A1

- Espanhol

Compreensão oral: C1

Leitura: C1

Conversação: B1

Escrita: A2

### **CURSOS DE FORMAÇÃO NA ÁREA DAS LÍNGUAS**

1998 - Curso de Inglês, nível 5, com equivalência ao sistema de exames de Inglês da Universidade de Cambridge (45 horas), promovido pela Escola de Línguas da Fundação Luís de Molina, entre Março e Julho.

1988-1985 – Curso de Inglês, na International Language School de Setúbal (nível IV ao nível X).

## BIBLIOGRAFIA

Almeida, Paulo (2004). A servicialização do trabalho: Perspectivas e tendências, CIES-ISCTE / CELTA, retirado de <http://hdl.handle.net/10071/405>, em 14-12-2011.

Alsène, Eric (1994). Computerized integration and organization of work in enterprises, *International Labour Review*, Vol. 133, n.º5-6, p.657-676, retirado de <http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=fac8c9df-7358-4a11-be6a-99a4052e2682%40sessionmgr111&vid=2&hid=125>, em 14-12-2011.

Alsène, Eric (1998). Internal changes and project management structures within enterprises, *International Journal of Project Management*, Vol.17, n.º6, p.367-376, retirado de <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S026378639800057X>, em 14-12-2011.

Amaral, Alberto & Rosa, Maria João (2004). *A alteração do relacionamento entre as instituições de ensino superior e o Estado e as suas consequências em termos da qualidade*, Fundação das Universidades Portuguesas - FUP.

Augusto, André Guimarães (2009). A dessubjetivação do trabalho: o homem como objeto da tecnologia, *Revista de Economia Contemporânea*, Vol.13, n.º2, p.309-328. retirado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-98482009000200006&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482009000200006&lng=en&tlng=pt), <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482009000200006>, em 14-12-2011.

Barata-Moura, José (2003). *Percurso da Avaliação do Ensino Superior em Portugal, Síntese de conclusões do colóquio promovido pelo CNAVES*, Conselho Nacional de Avaliação do ensino Superior - CNAVES.

Cachapuz, António (2010). O Espaço Comum Europeu de Ensino Superior, o processo de Bolonha e a Autonomia Universitária, *Revista Ibero-americana de Educação*, n.º53/2, retirado de <http://www.rieoei.org/deloslectores/3440Carrelhas.pdf>, em 14-12-2011.

Cardoso, Sónia, Amaral, Alberto, Sarrico, Cláudia, Tavares, Orlanda e Machado, Maria de Lurdes (2010). *Participação dos estudantes na avaliação das instituições de ensino superior portuguesas: um contributo para a sua definição*, Gabinete de Estudos e Análise, Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior – A3ES.

Cheng, Ming (2009). Academics' Professionalism and Quality Mechanisms: Challenges and Tensions, *Quality in Higher Education*, Vol.15, n.º3, p.193-205, retirado de <http://dx.doi.org/10.1080/13538320903343008>, em 18-11-2011. DOI: 10.1080/13538320903343008.

Cheng, Ming (2010). Audit cultures and quality assurance mechanisms in England: a study of their perceived impact on the work of academics, *Teaching in Higher Education*, Vol.15, n.º3, p.59-271, retirado de <http://dx.doi.org/10.1080/13562511003740817>, em 22-11-2011. DOI: 10.1080/13562511003740817.

Comissão das Comunidades Europeias (2003). *Comunicação: O papel das universidades na Europa do conhecimento*, Bruxelas.

Ekong, Donald, (1998). Trends from UNESCO Regional Consultations on Higher Education: Quality, *World Conference On Higher Education*, Paris, UNESCO, p.93-99.

European Association for Quality Assurance in Higher Education - ENQA, (2005). *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area*, Helsinki.

Featherstone, Mike (1990). Moderno e Pós-Moderno, Definições e interpretações sociológicas, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º8, p.93-105.

Filippakou, Ourania (2011). The idea of quality in higher education: a conceptual approach, *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, Vol.32, n.º1,

p.15-28, retirado de <http://dx.doi.org/10.1080/01596306.2011.537068>, em 13-01-2012. DOI: 10.1080/01596306.2011.537068.

Gornitzka, Åse (1999). Governmental policies and organisational change in higher education, *Higher Education*, Vol.38, p.5–31.

Hodgson, Kath & Whalley, Gordon (2006). Quality, the enhancement of a university's teaching and learning and the role of quality officers, *Teaching in Higher Education*, Vol.11, n.º4, p.509-513, retirado de <http://dx.doi.org/10.1080/13562510600874326>, em 22-11-2011. DOI: 10.1080/13562510600874326.

Kovács, Ilona (2006). Novas Formas de Organização do trabalho e Autonomia, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º52, p.41-65.

Le Goff, Jean-Pierre (2000). La modernisation manquée, *Le Débat*, Vol.3, nº110, p.232-237, retirado de <http://www.cairn.info/revue-le-debat-2000-3-page-232.htm>, em 17-11-2011. DOI : 10.3917/deba.110.0232.

Le Goff, Jean-Pierre (2003). *La Barbarie douce*, Paris, La Découverte.

Le Goff, Jean-Pierre (2006). Evaluation, l'intériorisation des normes, *Projet*, n.º291, p.67-72, retirado de <http://www.cairn.info/revue-projet-2006-2-page-67.htm>, em 17-11-2011. DOI: 10.3917/pro.291.0067.

Loveluck, Clive (1995). Ethical considerations of quality in higher education, *Assessment & Evaluation in Higher Education*, Vol.20, p.9-15, retirado de <http://web.ebscohost.com/ehost/detail?sid=d534f2d3-0045-48c6-a163-067b8b8901e2%40sessionmgr112&vid=2&hid=125>, em 14-12-2011.

Madureira, César (2000). A Organização Neotaylorista do Trabalho no Fim do Século XX, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º32, p.159-182

Moreira, Adriano (2002). Ensino Superior: Pontos Fortes e Pontos Fracos, p. 18, Universidade do Minho, Conselho Nacional de Avaliação do ensino Superior – CNAVES.

Moreira, Adriano (2001). O Desafio da Avaliação do Ensino Superior, p. 26, Instituto Politécnico da Guarda, Conselho Nacional de Avaliação do ensino Superior – CNAVES.

Oliveira, Luísa (2000). Desafios à Universidade, Comercialização da ciência e recomposição dos saberes académicos, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º34, p.93-116.

Parente, Cristina (2006). Conceitos de Mudança e Aprendizagem Organizacional: Contributos para a análise da produção de saberes, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º50, p.89-108.

Perry, Beth & May, Tim (2008). Excelência, Relevância e a Universidade: O missing middle do envolvimento socioeconómico, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º56, p.105-128.

Resende, José, Vieira & Maria Manuel (1992). Entre a autonomia e a dependência - A realidade do sistema de ensino superior politécnico em Portugal, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º11, p.89-110.

Rosa, Maria João, Tavares, Diana & Amaral, Alberto (2006). Institutional Consequences of Quality Assessment, *Quality in Higher Education*, Vol.12, n.º2, p.145-159, retirado de <http://dx.doi.org/10.1080/13538320600916759>, em 18-11-2011. DOI: 10.1080/13538320600916759.

Rosenfield, Cinara L. (2004). Autonomia outorgada e apropriação do trabalho, *Sociologias*, Ano 6, n.º12, p.202-227.

Saarinen, Taina (2009). Brève histoire de la qualité dans la politique européenne de l'enseignement supérieur : analyse des discours sur la qualité et de leurs conséquences sur les changements de politique, *Education et sociétés*, n.º24, p.79-92, retirado de <http://www.cairn.info/revue-education-et-societes-2009-2-page-79.htm>, em 20-10-2011. DOI: 10.3917/es.024.0079.

Santos, Sérgio Machado dos (2011). Análise Comparativa dos Processos Europeus para a Avaliação e Certificação de Sistemas Internos de Garantia da Qualidade,

*Coleção A3ES READINGS*, n.º1, Lisboa, Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior – A3ES.

Santos, Sérgio Machado dos (2011). Sistemas Internos de Garantia da Qualidade Nas Agências de Avaliação e Acreditação, *Coleção A3ES READINGS*, n.º2, Lisboa, Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior – A3ES.

Stensaker, Bjorn (2008). Outcomes of Quality Assurance: A Discussion of Knowledge, Methodology and Validity, *Quality in Higher Education*, Vol.14, n.º1, p.3-13, retirado de <http://dx.doi.org/10.1080/13538320802011532>, em 17-11-2011. DOI: 10.1080/13538320802011532.

Vários (2000). Avaliação Global do Ensino Superior, *1º Seminário Nacional*, p. 351, Lisboa, Conselho Nacional de Avaliação do ensino Superior - CNAVES.

Vários (2000). Ensino Superior e Competitividade, *Seminário*, p. 578, Porto, Conselho Nacional de Avaliação do ensino Superior - CNAVES.

Vários (2001). Ensino Superior e Competitividade, *Estudos*, Vol. II, p. 335, Lisboa, Conselho Nacional de Avaliação do ensino Superior - CNAVES.

Veiga, Amélia, Rosa, Maria João e Amaral, Alberto (2011). Understanding the impacts of quality assessment: an exploratory use of cultural theory, *Quality in Higher Education*, Vol. 17, n.º1, p. 53-67, retirado de <http://dx.doi.org/10.1080/13538322.2011.554631>, em 18-11-2011. DOI: 10.1080/13538322.2011.554631.

Wright, Peter (1989). Who Defines Quality in Higher Education? Reflections on the Role of Professional Power in Determining Conceptions of Quality in English Higher Education, *Higher Education*, Vol. 18, n.º2, p.149-165, retirado de <http://www.jstor.org/stable/344707>, em 13-01-2012.

Zineldin, Mosad, Akdag, Hatice e Vasichev, Valentina (2011). Assessing quality in higher education: new criteria for evaluating students' satisfaction, *Quality in Higher Education*, Vol.17, n.º2, p.231-243, retirado de <http://dx.doi.org/10.1080/13538322.2011.582796>, em 13-01-2012. DOI: 10.1080/13538322.2011.582796.

## **LEGISLAÇÃO**

### **DIPLOMAS NACIONAIS**

Decreto-Lei n.º 107/79, de 2 de maio, Criação do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

Decreto-Lei n.º 283/93, de 18 de agosto, Estatuto Jurídico do CRUP.

Decreto-Lei n.º 205/98, de 11 de julho, Cria o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior

Decreto-Lei n.º 89/2005, de 3 junho, Altera o Decreto-Lei n.º 283/93, de 18 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de novembro, Institui a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

Despacho n.º 484/2006, de 9 de janeiro, Determina a realização de uma análise integrada das conclusões e dos relatórios dos últimos ciclos de avaliação desenvolvidos no âmbito do sistema nacional de avaliação do ensino superior.

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo.

Lei n.º 108/88, de 24 de setembro, Lei da Autonomia das Universidades.

Lei n.º 38/94, de 21 de novembro, Lei da Avaliação do Ensino Superior.

Lei n.º 1/2003, de 6 de janeiro, Regime Jurídico do Desenvolvimento e da Qualidade do Ensino Superior.

Lei n.º 38/2007, de 16 de Agosto, Regime Jurídico da Avaliação.

### **DIPLOMAS INTERNOS - UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

Despacho n.º 96/93, de 20 dezembro, Cria o Gabinete Coordenador da Avaliação e a Comissão de Acompanhamento da Avaliação.

Despacho n.º 117/94, de 18 novembro, Cria o Conselho de Avaliação.

Despacho n.º 95/97, de 01 outubro, Cria a Comissão de Avaliação Institucional.

Despacho n.º 102/98, de 27 de outubro, Cria a Pró-Reitoria para a Avaliação Institucional e Política da Qualidade.

Despacho n.º 69/2006, de 10 de maio, Cria a Comissão de Autoavaliação Institucional.